

**ELISA DE JESUS GARCIA SENSATO**

**ENTRE PROMESSAS E CONTRADIÇÕES: DILEMAS DA AÇÃO POLÍTICA  
NA TRAJETÓRIA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE  
MURIAÉ-MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

**VIÇOSA  
MINAS GERAIS - BRASIL  
2013**

Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e  
Classificação da Biblioteca Central da UFV

T

S478e  
2013  
Sensato, Elisa de Jesus Garcia, 1985-  
Entre promessas e contradições : dilemas da ação política  
na trajetória do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de  
Muriaé-MG. / Elisa de Jesus Garcia Sensato. – Viçosa, MG,  
2013.  
vi, 75f. ; 29 cm.

Orientador: Marcelo Miná Dias.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.  
Referências bibliográficas: f. 74-75.

1. Trabalhadores rurais. 2. Sindicatos - Trabalhadores  
rurais. 3. Participação política. I. Universidade Federal de  
Viçosa. Departamento de Economia Rural. Programa de  
Pós-Graduação em Extensão Rural. II. Título.

CDD 22 ed. 331.8813

ELISA DE JESUS GARCIA SENSATO

**ENTRE PROMESSAS E CONTRADIÇÕES: DILEMAS DA AÇÃO  
POLÍTICA NA TRAJETÓRIA DO SINDICATO DOS  
TRABALHADORES RURAIS DE MURIAÉ-MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 05 de julho de 2013.



Luciano Rodrigues Costa



Douglas Mansur da Silva



Marcelo Mira Dias  
(Orientador)

## AGRADECIMENTOS

Ao CNPQ, pelo apoio financeiro concedido à essa pesquisa.

Ao Marcelo, por ter conduzido com tanta atenção esse trabalho.

À equipe do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, de modo muito especial à Carminha, que foi sempre tão amiga, companheira e por dar tanta leveza aos nossos dias, resolvendo nossos problemas cotidianos com dedicação e eficiência. E também ao Romildo, pela presteza e apoio de sempre.

Aos colegas do mestrado, pelos momentos de alegria e descontração. De modo especial, agradeço a Aguinha pela enorme amizade. Por ter sido tão companheira, tão amiga, tão irmã, tão mãezona e por ter feito desse período muito mais feliz e aconchegante, literalmente.

À toda equipe do sindicato, por ter recebido a ideia da pesquisa com tanta presteza, por ter cedido todos os documentos e a estrutura necessária. À Adriana, de modo particular, que partilha comigo os questionamentos, sempre ouvindo e contribuindo com suas observações valiosas de uma mulher que luta por um movimento social mais democrático, mais igualitário, mais humano.

Aos trabalhadores e trabalhadoras que se dispuseram a me ouvir e a me contar suas experiências de luta vividas e por contribuírem de modo bastante peculiar com seus questionamentos, suas percepções, suas histórias. Suas conversas deram vida à essa pesquisa.

Ao Guilherme, por todo apoio, por todo amor de sempre. Por estar ao meu lado e verdadeiramente viver (e às vezes sofrer) junto comigo todos os entusiasmos, as alegrias, as decepções, as angústias.

À minha família que me move, me inspira e me dá sempre muitos motivos pra viver e sobreviver à tudo... À meus pais pelo amor incondicional, pelas oportunidades, pelas orações, pela vida toda que me deram ensinando sempre o que é mais importante.

## SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	iv
RESUMO.....	v
ABSTRACT.....	vi
INTRODUÇÃO.....	1
O problema de pesquisa.....	2
Metodologia.....	3
CAPÍTULO 1.....	7
As organizações sindicais de trabalhadores rurais no Brasil.....	7
Novo Movimento Sindical.....	13
O processo de fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Muriaé: agentes e conflitos.....	16
CAPÍTULO 2.....	32
O Pós-novo sindicalismo e os novos desafios da ação sindical.....	32
Novos e velhos dilemas e contradições da ação sindical.....	33
CAPÍTULO 3.....	53
Ação política: concepções e limites.....	53
Processos de organização política: delegação, representação e dominação.....	56
Os limites e contradições dos processos de organização política.....	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	74

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BNH - Banco Nacional de Habitação

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura

CEB - Comunidades Eclesiais de Base

CPF – Cadastro Pessoa Física

CPT - Comissão Pastoral da Terra –

CTA - Centro de Tecnologias Alternativas

CUT - Central Única dos Trabalhadores

EFA – Escola Família Agrícola

FETAEMG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais

FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura

FUNRURAL – Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística,

INAMPS Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social

Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

ITR – Imposto Territorial Rural

MEB - Movimento da Educação de Base

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUS – Sistema Único de Saúde

ULTAB - União dos Trabalhadores Agrícolas

## RESUMO

SENSATO, Elisa de Jesus Garcia, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, Julho de 2013. **Entre promessas e contradições: dilemas da ação política na trajetória do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Muriaé-MG.** Orientador: Marcelo Miná Dias.

Reconhecidos e consolidados pelo Estado brasileiro, desde a segunda metade do século XX, como a via institucional de representação política dos trabalhadores rurais, os sindicatos passaram, ao longo das últimas décadas, por uma série de mudanças no que diz respeito às suas relações com o Estado e a percepção de seu papel na sociedade. Tais mudanças influenciaram de diferentes formas o exercício da ação política dos trabalhadores a partir dessas organizações e implicaram inúmeras consequências a constituição de uma ação sindical no campo político. Com o objetivo de compreender de que modo se estabelecem e se legitimam os parâmetros para o exercício dessa ação, esse estudo buscou investigar a trajetória de um Sindicato de Trabalhadores Rurais, fundado em 1986, no município de Muriaé, no Estado de Minas Gerais. A partir da análise dos documentos da organização e dos depoimentos coletados por meio da realização de vinte e três entrevistas com trabalhadores rurais, lideranças políticas e mediadores sociais foi possível apontar diversas limitações ao exercício da ação política que se apresentam enquanto aspectos econômicos, sociais e propriamente políticos, determinados a partir da luta política, pelo campo político. A constituição de uma estrutura formal de representação política se configura como um processo a partir do qual é possível compreender essas limitações e suas consequências para a organização política de trabalhadores no meio rural brasileiro.

## ABSTRACT

SENSATO, Elisa de Jesus Garcia, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, December, 2013. **Between promises and contradictions: dilemmas of political action in the path of the Rural Workers Union of Muriaé – MG.** Adviser: Marcelo Miná Dias.

Recognized and bound by the Brazilian state, since the second half of the twentieth century, as the institutional means of political representation of rural workers, unions have, over the past decades, a number of changes with regard to its relations with the state and the perception of their role in society. These changes influenced the exercise of different forms of political action by workers from these organizations and many consequences entailed the formation of a union action in the political field. In order to understand how they settle and legitimize the parameters for the exercise of such action, this study investigated the trajectory of a Rural Workers Union, founded in 1986, in the municipality of Muriaé in the state of Minas Gerais. From the analysis of the organization's documents and reports collected through the completion of twenty-three interviews with rural workers, political leaders, and social mediators was possible to point out several limitations to the exercise of political action that present themselves as economic, social aspects and properly politicians, from certain political struggle, the political field. The establishment of a formal structure of political representation is configured as a process from which it is possible to understand these limitations and their consequences for the political organization of workers in rural Brazil.

## INTRODUÇÃO

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Muriaé foi fundado num período caracterizado por inúmeras mudanças no cenário das lutas e movimentos sociais no Brasil e na América Latina a partir do final dos anos 70. No meio rural, esse novo cenário político alcançou grande repercussão, principalmente, nas formas de organização política dos trabalhadores rurais. Organizações comunitárias, associações e sindicatos surgiram em diversas regiões e, de maneira especial, naquelas em que houve uma atuação mais forte da Igreja Católica e de grupos políticos de esquerda. Não obstante a existência anterior dessas organizações, sua ação nesse cenário se apresenta como parte das mudanças características do período de redemocratização do país, devido a inúmeras peculiaridades no próprio processo de sua formação, aos mediadores envolvidos, aos temas em discussão e, principalmente, ao caráter da ação dos trabalhadores rurais e sua intensa participação nesses espaços.

Este estudo teve como objetivo investigar o processo de organização e ação política de trabalhadores rurais<sup>1</sup> em torno de um sindicato no município de Muriaé, na região da Zona da Mata no Estado de Minas Gerais<sup>2</sup>. O estudo se debruçou sobre o período que data do final da década de 1970, quando aconteceram as primeiras iniciativas para fundar um sindicato de trabalhadores, até os dias de hoje. O estudo traz uma problematização da relação entre os significados, limites e constrangimentos conferidos a ação política dos trabalhadores e a construção do papel do sindicato ao longo de sua trajetória e suas consequências para a ação sindical.

A trajetória das organizações sindicais no meio rural se confunde com a história da luta política dos trabalhadores pela conquista dos seus direitos, por acesso a terra e oportunidades geradas por políticas públicas. Ao mesmo tempo, no entanto, essa trajetória também está relacionada às inúmeras tentativas empreendidas pelo Estado e

---

<sup>1</sup> Apesar da diversidade de outras denominações possíveis como “produtores rurais”, “assalariados rurais”; e da crescente importância política adquirida pelo termo “agricultor familiar”, o termo “trabalhadores rurais” se apresenta como mais adequado ao foco e ao contexto do estudo e será, portanto, utilizado nesse trabalho para designar os trabalhadores e trabalhadoras rurais que se envolveram e atualmente estão envolvidos na formação e trajetória do sindicato estudado.

<sup>2</sup> O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Muriaé foi fundado no ano de 1986. Ao longo dos anos foram agregados os municípios de Barão do Monte Alto e Rosário da Limeira como extensão de base e seus nomes foram acrescentados à nomenclatura oficial do sindicato. Houve também outras mudanças na nomenclatura com a inserção do termo “trabalhadoras rurais”, na década de 1990 e, mais recentemente, a inserção dos termos agricultores e agricultoras familiares devido a uma mudança no estatuto. Nesse trabalho, contudo, será utilizado o termo “Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Muriaé” para designar a organização.

grupos políticos no sentido de controlar essa luta. Em grande medida, uma análise que busque a compreensão da luta política dos trabalhadores rurais no Brasil é imprescindível da compreensão do papel dos sindicatos e dos aspectos da representação política exercida por meio dessas organizações.

Reconhecidos e consolidados pelo Estado como a via institucional de representação política dos trabalhadores rurais, os sindicatos passaram, ao longo das últimas décadas, por uma série de mudanças no que diz respeito às suas relações com o Estado e a percepção de seu papel na sociedade. Tais mudanças influenciaram de diferentes formas o exercício da ação política dos trabalhadores a partir dessas organizações e implicaram inúmeras consequências para a constituição de uma ação sindical no campo político.

### **O problema de pesquisa**

Considerando esse contexto, este estudo traz uma análise da problemática descrita a partir da investigação de um sindicato cujo processo de formação contou com uma expressiva participação dos trabalhadores rurais. Sua trajetória é representativa da dinâmica assumida pela ação política desses agentes em torno da constituição dessas organizações a partir do final dos anos 1970.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Muriaé foi fundado em 1986 a partir de um processo de mobilização de trabalhadores rurais iniciado nos grupos de reflexão organizados pela Igreja Católica. Seu processo de fundação ocorreu em um período importante da história dos movimentos sociais no campo caracterizado por uma revisão do papel dos mediadores sociais e do papel do sindicato no campo político. Uma série de princípios e reivindicações trazidos por esses mediadores e partilhados, em alguma medida, pelos trabalhadores envolvidos no processo de organização, difundiam a busca pela transformação do sindicato em um espaço legítimo de representação política dos trabalhadores rurais. São características desse processo: uma revisão do papel e da atuação dos mediadores junto aos movimentos sociais no campo; uma revisão do papel do sindicato com reforço à sua função política, em detrimento da função social, exercida como prestação de serviços e assistência social, a negação do peleguismo e de formas de cooptação pelo Estado; e a importância do protagonismo dos trabalhadores na condução da organização sindical.

No Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Muriaé houve uma intensa e regular participação dos trabalhadores rurais em reuniões, mobilizações, manifestações públicas e diversos eventos realizados para falar sobre o sindicato e possibilitar sua fundação. Entretanto, o processo de organização sindical engendrou uma série de desafios que contribuíram, ao longo do tempo, para a construção de seu papel e a constituição de uma ação sindical autônoma.

Nesse sentido, algumas questões permearam a análise desenvolvida nessa pesquisa: Quais limitações marcaram a ação política dos trabalhadores rurais por meio do sindicato? Quais as características da diferenciação dos papéis exercidos pelos trabalhadores rurais ao longo do processo de organização do sindicato e quais suas consequências para a ação sindical? Em que medida a ação política dos associados ao STR de Muriaé constituiu, ao longo de sua trajetória, uma “ação sindical autônoma” à institucionalização imposta pelo Estado e pelas políticas públicas? Em que medida e de que forma a ação política dos trabalhadores a partir do sindicato tem interferido na construção do seu papel ao longo do tempo?

## **Metodologia**

O trabalho de pesquisa consistiu em duas etapas principais. A primeira compreendeu a análise das atas das reuniões e assembleias do sindicato. Embora o sindicato tenha sido constituído formalmente apenas em 1986, desde 1982 foram registrados os relatos das diversas reuniões realizadas para organizar a mobilizações e articulações políticas para sua fundação. Por meio desses relatos foi possível identificar a atuação dos agentes políticos que assessoram e orientaram esses trabalhadores. Esses documentos contém detalhes importantes sobre as inquietações e os anseios daqueles que se envolveram nesse processo.

Após a fundação do sindicato, todas as reuniões da diretoria foram registradas em atas. Por mais de dez anos quem as escreve é a primeira diretora e sócio fundadora do sindicato, Rosa Maria Fortini. É ela quem registra as discussões, decisões, problemas vividos pelos diretores e diretoras do sindicato. O material possui importantes informações sobre o cotidiano da organização, questões que surgiam como desafios ao sindicato, conflitos, problemas financeiros, decisões sobre representação em congressos. A análise de seu conteúdo permitiu mapear os primeiros conflitos, questões do cotidiano

das organizações, decisões, estratégias de mobilização, priorização dos trabalhos, temas em discussão. Todas essas informações subsidiaram a realização das entrevistas.

Foram realizadas 23 entrevistas com trabalhadores (as) rurais, diretores, funcionários (as) do sindicato. Também foram ouvidos o vice-prefeito que exerceu seu mandato no período de formação da organização, um agente da Comissão Pastoral da Terra - CPT, um técnico do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata - CTA, somando sete mulheres e dezesseis homens. Foram entrevistados todos os presidentes do sindicato que exerceram seus mandatos desde 1986 até o momento da pesquisa<sup>3</sup>. A ocupação de cargos na diretoria do sindicato não foi um critério para escolha dos entrevistados, mas principalmente foi considerado o estabelecimento de algum envolvimento com a organização sindical. Entre os trabalhadores e trabalhadoras rurais entrevistados, apenas um nunca ocupou cargo na direção, embora tenha participado ativamente durante o período de fundação do sindicato e nos anos iniciais. Suas informações somam-se aquelas cedidas por outras pessoas que também participaram desse processo, como o vice-prefeito e aqueles trabalhadores rurais que compuseram a primeira diretoria do sindicato.

Foi realizado um esforço para realizar entrevistas com aquelas pessoas que participaram ativamente do processo de mobilização para a fundação do sindicato. Isso porque o estudo busca dar especial importância a essa fase para compreender as motivações e expectativas de quem deu vida à organização nos seus primeiros anos, e compreender qual o papel que esse grupo de trabalhadores atribuía ao sindicato, o que esperavam com a organização, quais as demandas, quais as estratégias de ação, quais os critérios de participação no grupo.

O roteiro foi elaborado a partir de questões que buscavam apreender a trajetória do indivíduo e como ocorreu seu envolvimento com o sindicato. Um dos objetivos foi apreender a percepção dos indivíduos sobre o papel que exerceram e exercem na organização. As questões buscaram trazer à tona algumas informações sobre o processo de formação, a relação entre o trabalho realizado pela organização e as demandas dos trabalhadores, as formas de orientação do trabalho dos diretores, os instrumentos utilizados para envolver os trabalhadores e identificar suas demandas.

Nas entrevistas com aqueles diretores que estão na organização desde os anos 80, buscou-se estimular uma avaliação sobre a trajetória da organização e, além disso,

---

<sup>3</sup> Em janeiro de 2013 foi realizada a mais recente eleição do sindicato para a qual foi montada uma chapa de consenso cujo presidente eleito foi entrevistado em novembro de 2012 no cargo de diretor do sindicato.

algumas questões também foram direcionadas para que algumas dúvidas surgidas a partir da leitura das atas pudessem ser aprofundadas.

Não houve dificuldade na realização das entrevistas. Inicialmente todas reagiram de modo positivo à ideia de poder *contar* um pouco a história do sindicato. Ser convidado a dar a entrevista significava contribuir para essa história fosse contada, registrada. Ao longo da realização das entrevistas foi percebida uma diferença no modo de reagir àquelas questões que apontavam para alguns problemas identificados na trajetória da organização, cuja boa parte foi identificada nas atas a partir dos registrados de dilemas e percepções dos próprios diretores e diretoras. Alguns reagiam de modo afirmativo, demonstrando que o problema apontado já havia de algum modo sido percebido. Em outros casos, o que em alguma medida pode estar relacionado ao fato de que a problemática da pesquisa havia sido partilhada com os agentes, havia um forte discurso no sentido de realçar a “caminhada” do sindicato, a lembrança dos problemas vividos com uma intenção clara de buscar sobrepor uma “caminhada” de luta aos problemas atuais da organização. Parte importante dos entrevistados, ao ser questionada, afirmou que a existência de tais problemas são menos resultados de escolhas feitas do que consequências do processo de organização sindical, frutos das próprias necessidades da organização.

O trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro traz uma contextualização a respeito da trajetória das organizações sindicais no Brasil com ênfase em questões que serão abordadas ao longo de todo trabalho. Na primeira parte o trabalho recupera a partir da literatura as disputas e contradições que marcaram as organizações sindicais no Brasil desde a década de 40 e apresenta as promessas de mudanças trazidas com o Novo Movimento Sindical na década de 80. A segunda parte apresenta a história da fundação do sindicato, os anseios, conflitos e os principais agentes que se envolveram nesse processo.

O segundo capítulo traz uma análise detalhada dos desafios impostos a partir dos trabalhos assumidos pela organização e busca trazer à tona elementos que ajudam a compreender de que modo aspectos cotidianos e limitações vivenciadas pelos diretores do sindicato contribuíram para conformação do seu papel ao longo de sua trajetória.

O terceiro e último capítulo é composto de duas partes. Na primeira são apresentados alguns conceitos a partir dos quais se propõe pensar a dinâmica estabelecida na organização sindical e os aspectos da ação política dos trabalhadores rurais. Na segunda parte, são analisados os processos de decisão que permearam a organização e suas implicações na participação e representação política dos

trabalhadores. São trazidas as dificuldades e limites impostos ao envolvimento dos trabalhadores enquanto dirigentes sindicais e apresentadas as percepções quanto as mudanças e contradições vividas a partir de sua atuação.

## CAPÍTULO 1

### **As organizações sindicais de trabalhadores rurais no Brasil**

Os trabalhadores rurais tiveram seus direitos tardiamente reconhecidos no Brasil. Apenas em 1930, teve início o processo de regularização do trabalho rural, o qual, no entanto, como afirma Medeiros, “[...] não era trazido à tona a partir do crescimento da organização e das pressões dos trabalhadores, mas sim a partir da lógica da intervenção estatal sobre o mundo do trabalho.” (MEDEIROS, 2002, p. 152)

Nas décadas de 1930 e 1940, o Ministério do Trabalho defendia uma divisão entre sindicatos patronais e sindicatos de trabalhadores, enquanto o Ministério da Agricultura defendia a criação de uma associação mista por município que incluiria as duas categorias. Para a autora, em grande medida, as intervenções do Estado sobre essas organizações foram marcadas pelo descrédito à diversidade de modos de vida e de produção existentes no meio rural, pela crença na incapacidade intelectual e econômica dos trabalhadores e por uma forte intervenção dos Ministérios do Trabalho e da Agricultura, que impunham sobre a mobilização e a organização dos trabalhadores rurais as divergências existentes dentro do próprio Estado a respeito da regularização do trabalho rural (MEDEIROS, 2002).

Por parte do Estado, havia o entendimento de que, no meio rural, os sindicatos deveriam ter uma “função social”, tratada no sentido de prestação de serviços e assistência social aos trabalhadores do campo. De acordo com Medeiros (2002), essa interpretação sobre o papel do sindicato está ligada principalmente a uma intenção do Estado de despolitizar a organização dos trabalhadores e, desse modo, controlar quaisquer iniciativas que representassem alguma forma de oposição aos regimes político e econômico impostos pelo Estado Novo.

Na década de 50 foi grande o número de trabalhadores e trabalhadoras rurais que se filiaram em associações e sindicatos. No entanto, como afirma Favareto (FAVARETO, 2001, p. 30),

Como a lei ainda não previa o reconhecimento dos sindicatos, as associações e irmandades constituíam-se como entidades de direito civil e, com isso, adquiriam lastro jurídico para sua existência. Por isso elas foram a forma privilegiada de organização num dado período. A partir da existência da associação, era pleiteado o reconhecimento da associação como sindicato. Nos anos 50 dezenas de sindicatos foram criados – aproximadamente 60, apenas entre 1954 e 1956.

De acordo José de Souza Martins, na região da zona da mata pernambucana, muitas organizações se tornaram referência da lutas dos moradores e moradoras do campo, entre elas os sindicatos e as ligas camponesas (MARTINS, 1990). De acordo com o autor, embora as Ligas tenham sido marcadas por seu caráter de enfrentamento e suas propostas *revolucionárias*, e os sindicatos sejam vistos como produto da tutela comunista aos trabalhadores, as divergências evidenciam que essa caracterização deve-se a um problema relacionado principalmente à mediação política dos trabalhadores e à distorção das formas de organização como instrumentos de controle político das classes urbanas, partidos políticos e grupos locais sobre as manifestações populares. Uma vez que as duas organizações atuavam junto a trabalhadores de caráter social e econômico diferentes, uns foreiros outros trabalhadores assalariados dos canaviais, a grande disputa era poder controlar e adequar os desejos e anseios dos trabalhadores do campo sobrepondo a eles as concepções dos diferentes grupos políticos de esquerda.

Nesse período houve um aumento da atuação de grupos políticos e partidos de esquerda no meio rural. Tais grupos, representados principalmente pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) passaram a disputar, principalmente com a Igreja Católica, o controle sobre os sindicatos. Essa atuação é identificada como causadora de inúmeros problemas à medida que os sindicatos tornaram-se instrumento da disputa ideológica e política desses mediadores pela condução das lutas políticas no meio rural (BORGES, 1988; GRZYBOWSKY, 1990; MARTINS, 1990).

Maria Eliza Linhares Borges (1988), a partir de um estudo realizado junto a um sindicato no interior de Minas Gerais caracteriza e denomina de desvio de ideologia o resultado da atuação de agentes urbanos, principalmente intelectuais de esquerda, e de partidos junto aos trabalhadores. Segundo a autora, as reivindicações dos trabalhadores não eram expressas de forma coerente e eficaz nas propostas que os agentes políticos externos tinham para o campo. Não só às propostas da direita, mas as propostas da esquerda, representada principalmente pelo Partido Comunista Brasileiro – PCB e pela Igreja o que gerava certa ineficiência dessas organizações de representação. Primeiro porque não traduziam a diversidade da luta política no campo, segundo pela sobreposição de concepções teóricas às reivindicações práticas dos trabalhadores. Nesse cenário de desvio apresentado pela autora, os sindicatos aparecem como instrumento de *inclusão vigiada* dos setores subalternos do campo na política.

Nesse contexto, a fundação de sindicatos esteve diretamente ligada à ação política desses mediadores e representava um esforço para enquadrar as reivindicações dos trabalhadores nos meios institucionais de representação política. Segundo Borges

(1988), os agentes do PCB e da Igreja Católica “[...] converteram em sindicatos rurais as associações de trabalhadores agrícolas e ligas camponesas.” (BORGES, 1988, p. 240). Para a autora, o movimento sindical rural que emergiu na década de 50 foi resultado da homogeneização e da institucionalização dos movimentos sociais do campo. Os setores da esquerda que se ocuparam da formação dos sindicatos não conseguiram dar a organização a diversidade e legitimidade pretendida pelos trabalhadores, mas “ocuparam-se, sobretudo, com o trabalho de organização de cúpulas, deixando a ação junto às bases”. (BORGES, 1988, p. 240)

De acordo com Medeiros (1989), houve um grande esforço empreendido pelo PCB em unificar as bandeiras de luta do movimento e canalizar as manifestações locais para uma frente de luta unificada, como foi o caso da criação da União dos Trabalhadores Agrícolas - ULTAB e da realização de congressos nacionais que manifestavam as intenções do partido sobre a organização dos trabalhadores, que embora contribuísse para dar dimensão às lutas do campo, mostrava sua ineficiência na resolução de conflitos locais, como expulsões e negação de direitos, que ficavam a cargo das próprias bases.

Ao final dos anos 50 e início dos anos 60 o cenário que se configurou foi de divisão nos movimentos sociais no campo, refletida nos eventos realizados a nível nacional como o Congresso Camponês de 1961, em que as bandeiras de luta levantadas tinham na reforma agrária seu divisor de águas. Embora houvesse uma divergência quanto aos canais legítimos de luta ou quantos as formas de se lutar, com as Ligas tendendo ao enfrentamento e a exigência da *Reforma Agrária na Lei ou na Marra* enquanto o PCB se agarrava as formas legais de contestação, os sindicatos eram reconhecidos pelos dois lados como um canal legítimo de luta por direitos trabalhistas e previdenciários (MEDEIROS, 1989).

Em 1962, com a regulamentação da sindicalização rural no Brasil, o Estado, ao mesmo tempo em que legitimou juridicamente a organização dos trabalhadores em torno de sindicatos, impôs sua tutela sobre essas organizações. Segundo Medeiros (1989, p. 63):

[...] o poder de intervenção pelo Ministério do Trabalho, a imposição de um sindicato único por município, o funcionamento com base nos recursos provenientes do imposto sindical, uma estrutura verticalizada extremamente rígida eram o reverso do reconhecimento do direito a sindicalização.

Tanto a CONTAG, criada em 1963, como o Estatuto significaram o controle exercido pelo Estado e por alguns grupos políticos as reivindicações e as formas de

organização dos trabalhadores. A criação da CONTAG e o estatuto instituíram um marco legal e organizacional que definiria nos anos seguintes os contornos da organização sindical de trabalhadores rurais no Brasil. O Estatuto orientou a organização da categoria trabalhador rural, sob pena de disfarças a enorme diversidade de categorias, modos de vida e relações de trabalho no meio rural no Brasil. Mais que uma emancipação, o Estatuto significou um enquadramento dessa diversidade à categoria trabalhador rural.

Favareto (FAVARETO, 2001, p. 26) afirma que,

[...] com o primeiro desses dois marcos institucionais, o Estatuto do Trabalhador Rural, promulgado ainda sob governo democrático, ao permitir o direito de sindicalização dos trabalhadores do campo, ao mesmo tempo em que se reconhecia institucionalmente o lugar do trabalho rural, o Estado prescrevia a forma e os limites de sua organização representativa segundo os mesmos parâmetros legais que haviam orientado trinta anos antes a constituição do sindicalismo operário.

A CONTAG, por sua vez, irá determinar a estrutura organizacional sob a qual o movimento sindical irá se estabelecer no Brasil. Esses dois marcos na história dos movimentos sociais no campo irão ter um grande peso sobre a atuação política dos trabalhadores rurais e agricultores familiares em relação ao marco de sua ação política e as características de uma ação sindical no Brasil.

Portanto, no período que antecedeu ao golpe militar e a instalação do regime ditatorial no país, os sindicatos representavam um instrumento de controle do Estado sobre a organização de categorias socioprofissionais no meio rural; e eram objeto da disputa entre os grupos políticos de esquerda pela tutela das organizações que se constituíam em torno de movimentos sociais. Embora muitos sindicatos tenham sido fundados nesse período, os mesmos não expressavam com legitimidade a diversidade das lutas dos trabalhadores rurais e pouco permitiam a emancipação política dos sindicalizados (ALVES, 1989). Segundo Medeiros, “[...] a maior parte dos sindicatos existentes no país na segunda metade dos anos 60 não se constituíam em um referencial para as demandas dos trabalhadores.” (MEDEIROS, 1989, p. 90)

Durante a ditadura militar, o Estado consolidou os sindicatos como organizações prestadoras de serviços no meio rural e contribuiu para esvaziar ainda mais as possibilidades de uma ação sindical autônoma protagonizada pelos trabalhadores

rurais<sup>4</sup>. Para Houtzager, os sindicatos foram transformados em braço distribucional do Estado no meio rural “[...] fornecendo seguridade social e serviços de saúde em nome do Estado”. (HOUTZAGER, 2004, p. 54). De acordo com o autor, a fundação/abertura do sindicato representava a chegada do Estado nos municípios, o que endossa o fato de, nesse período, a maioria dos sindicatos não representar de fato a demanda dos trabalhadores e nem permitir o estabelecimento de uma representação política legítima. De acordo com o autor, nesse período, após sua fundação os sindicatos,

[...] deveriam ajudar a edificar o Estado, ensinando aos membros sindicais seus direitos sobre a lei nacional (na verdade, criando cidadãos) e exigindo a implementação da legislação através dos tribunais do trabalho. Desse modo, os sindicatos deveriam levar o Estado para áreas onde ele havia estado completamente ausente, inclusive aquelas dominadas por oligarquias locais e regionais (HOUTZAGER, 2004, p. 54)

Nessa perspectiva, os sindicatos tornaram-se instrumentos para fazer chegar a presença do Estado no meio rural. Essa estratégia foi, em grande medida, referendada pela CONTAG, que canalizou as oportunidades de atuação na prestação de serviços para manter um funcionamento mínimo e fortalecer financeiramente a estrutura do movimento sindical. De acordo com o autor, em 1978,

“[...] o movimento sindical rural havia alcançado invejável ‘capilaridade’, chegando aos distantes cantos do Brasil, de um modo que poucas instituições nacionais poderiam se igualar. Em muitos vilarejos pequenos no interior, as sedes dos sindicatos estavam lado a lado com a igreja paroquial e a prefeitura na praça do vilarejo, então um símbolo proeminente de autoridade local”. (HOUTZAGER, 2004, p. 64)

Durante o período militar a atuação sindical era baseada, principalmente, na legalidade do Estatuto do Trabalhador Rural (1964). Essa legalidade restringia ação sindical ao mesmo tempo que limitava o acesso dos trabalhadores ao sindicato. A partir de uma pesquisa realizada na região da zona da mata pernambucana na década de 1970, Lygia Sigaud (1979) analisa a atuação do sindicato junto aos clandestinos e fichados, moradores da rua. A autora chama a atenção para a representação que os trabalhadores possuíam sobre o sindicato. Os clandestinos que não possuíam uma relação direta e, portanto, não pagavam a mensalidade sindical não se sentiam no direito de ter acesso à

---

<sup>4</sup>Em grande medida, uma ação sindical autônoma diz respeito a uma ação sindical cujo sentido é atribuído a partir das concepções e demandas dos próprios trabalhadores rurais. O exercício de uma ação sindical autônoma pressupõe a não intervenção do Estado, a construção de um programa próprio de ação, a escolha democrática dos dirigentes.

organização e, portanto, de ter acesso aos direitos. Nesse sentido, os trabalhadores percebiam a participação/filiação ao sindicato como condição ao acesso aos direitos. Nessa perspectiva, só teriam acesso aos direitos aqueles que pagavam a mensalidade sindical. Para a autora, essa percepção é endossada pela diferença que havia na atuação do sindicato entre fichados e clandestinos. A condição de fichado facilitava o acesso do trabalhador ao sindicato, e do sindicato ao trabalhador. Boa parte dos sindicatos que atuavam nos municípios pesquisados pela autora privilegiava a atuação junto aos fichados atuando de forma direta na fiscalização dos trabalhos nas fazendas mediando a relação entre patrão e fichados o que em grande medida está relacionado ao marco legal de atuação dos sindicatos no período.

Apesar de não apresentarem uma análise detalhada dos aspectos da ação política dos trabalhadores no interior do sindicato, boa parte desses autores apresenta um consenso sobre a ausência de autonomia dos trabalhadores em direcionar, com bases em seus próprios anseios e concepções, a ação sindical e em definir, portanto, com base nas suas próprias demandas, o papel dos sindicatos.

Sobre o período da ditadura e a atuação do sindicato na concessão dos direitos previdenciários aos trabalhadores rurais, Medeiros (MEDEIROS, 2002, p. 163). também afirma que,

“na medida em que o sindicato foi instituído como principal agente dessa extensão (mediante convênios que implicavam a contratação de médicos e dentistas pelo sindicato, montagem de escritórios e encaminhamentos de aposentadorias), esse espaço passou a ser reconhecido centralmente como instancia de recebimento de benefícios e não de organização e luta, contrapondo-se, na prática, à própria orientação geral do sindicalismo, através da CONTAG, de fazer do sindicato um espaço de socialização dos direitos. Em diversos locais, essas entidades de representação acabaram por se tornar mais um dos espaços de práticas clientelísticas, com os representantes do poder local disputando a representação dos trabalhadores como forma de ampliar suas bases de sustentação política”.

Apesar da consolidação das organizações e do aumento de seu número em todo país – que foi fruto de uma forte intervenção do Estado na promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, na criação da CONTAG, no uso dos sindicatos como agências de prestação de serviços – a literatura ressalta as iniciativas empreendidas pelo Estado e pelos mediadores sociais no sentido de tornar o sindicato um espaço de controle da ação política dos trabalhadores (MEDEIROS, 1989; MARTINS, 1990; GRZYBOWSKY, 1990).

Essa forma de condução das lutas políticas, protagonizada pelo Estado e grupos políticos de esquerda, pautada pelo controle e apropriação política dos sindicatos comprometeu a ação sindical e a representação política exercida por meio da organização (MARTINS, 1990; MEDEIROS, 1989; 2002; HOUTZAGER, 2004). Favareto também ressalta que,

“A luta por direitos e o que ela representou para a publicização dos conflitos agrários e para a continuidade das lutas no pós-golpe, a visibilidade da luta pela reforma agrária e a capilaridade da estrutura sindical de representação dos trabalhadores rurais brasileiros, foram ganhos que tiveram como contrapartida uma relativa domesticação da ação sindical e um fechamento de sua organização em relação a outras forças, temas e problemas do país naquele período”. (FAVARETO, 2001, p. 33)

Nesse sentido, a literatura reforça a existência de uma problemática relevante que diz respeito aos aspectos da ação política exercida pelos próprios trabalhadores rurais nessas organizações e suas relações com a atribuição do papel dos sindicatos no meio rural. Junto aos problemas causados pela intervenção do Estado e mediadores sociais estava a existência de uma série de limites ao exercício da ação política por parte dos trabalhadores rurais. Esse dois fatores aparecem relacionados, de forma simétrica, como fundamentais na construção de uma ação sindical autônoma. Quanto maior a intervenção do Estado e de grupos políticos, no sentido de impor e controlar a ação sindical, e quanto mais limitada fosse a ação política dos trabalhadores nessas organizações maiores as distorções e desvios existentes nas concepções sobre o papel do sindicato e na construção da ação sindical.

Além disso, a atribuição ao sindicato do papel de executor de políticas, prestadores de serviços aparece na literatura como uma forma de controle do Estado sobre essas organizações o que implicava em limitações ao exercício de seu papel político, identificado como papel de representação dos trabalhadores.

A partir do surgimento de novos atores à cena política e da perspectiva de instituição de um novo cenário político nacional surgem também novas expectativas, expressas a partir do novo movimento sindical, de que a não intervenção do estado, a relativa autonomia em relação aos partidos políticos, e o protagonismo dos trabalhadores seriam as características ideais ao movimento sindical.

## **Novo Movimento Sindical**

Na década de 80, a emergência das lutas sociais e políticas conduziu a um processo de mudanças denominado de *novo movimento sindical*. No Brasil, as principais características desse novo movimento foram à forte crítica ao sindicalismo oficial, o surgimento de novas lideranças no interior das organizações sindicais e um grande aumento do número de sindicatos e sindicalizados em todo país (FAVARETO, 2006).

O Novo Movimento Sindical trazia a tona principalmente as seguintes reivindicações:

“(1) revogação da legislação repressiva e retorno a formas democráticas de governo; 2) eleições populares diretas para todos os níveis da representação política; 3) Participação de representantes da população trabalhadora na gestão de fundos especiais criados para programas sociais, como o PIS-PASEP, o FGTS e o Banco Nacional de HABITAÇÃO(BNH); 4) revogação das políticas de controle salarial e reconhecimento do direito as negociações coletivas; 5) direitos de greve; 6) direito de organizar sindicatos sem interferência do Estado (autonomia sindical) com a revisão da Consolidação das Leis do Trabalho, para eliminar os controles estabelecidos na Seção V.” (ALVES, 1989, p. 243)

Tais reivindicações englobavam o anseio pela redemocratização do país e o estabelecimento de novos rumos para as classes trabalhadoras e suas organizações. Os porta-vozes dos trabalhadores, que encabeçaram as greves e as manifestações contra o regime militar, buscavam a libertação dos sindicatos das amarras estatais que controlavam a arrecadação sindical e as diretorias e não permitiam que a organização fosse autônoma financeira e politicamente. O direito as manifestações públicas, como a greve, era uma das principais reivindicações desse novo movimento que insurgia, assim como a garantia de representantes dos trabalhadores nas instâncias deliberativas das políticas públicas para os trabalhadores rurais e urbanos.

Um dos princípios básicos trazidos pelo *novo movimento sindical* foi a afirmação do papel político do sindicato em detrimento de um papel “meramente social”. O exercício deste papel tinha como premissa suma forte participação dos trabalhadores nas organizações e em toda estrutura do movimento sindical e a constituição de uma ação sindical autônoma em relação ao Estado e aos partidos políticos. O reforço desse papel político dos sindicatos ou, da afirmação dos sindicatos como uma via possível para a constituição de uma ação política, vinha atrelado à negação de uma ação assistencialista, identificadas como contraditórias, na mesma medida, em que se opunha a quaisquer formas de cooptação com o Estado.

Para os sindicatos de trabalhadores rurais, esse *novo movimento* significou a proposição de uma série de mudanças aos significados da ação sindical e a contestação da excessiva interferência do Estado e da forma hierarquizada de condução das lutas. De maneira geral, esse movimento permitiu uma profunda reflexão sobre o papel do sindicato na sociedade e na política e sobre a natureza da relação que estabelecia com as suas bases (MEDEIROS, 1989).

Antunes (1995) ressalta que os trabalhadores rurais tiveram presença significativa na base de mobilização do novo sindicalismo o que, em grande medida, de acordo com o autor, se deve ao intenso trabalho realizado pela Igreja Católica na formação desses agentes<sup>5</sup>.

Junto a constituição de um novo quadro de referências para as organizações sindicais, inúmeros mediadores e agentes políticos iniciaram um processo de apoio a formação de novos sindicatos em todo país. Principalmente naquelas regiões de maior presença de grupos ligados a igreja católica esse processo assumiu um formato peculiar de mobilização e organização dos trabalhadores em torno da organização sindical.

---

<sup>5</sup> Não obstante a expressiva participação dos trabalhadores rurais na conformação do novo sindicalismo e, principalmente, na formação das chamadas oposições sindicais, não houve uma inserção da CONTAG nesse novo movimento. Quando, em 1983, é criada a Central Única dos Trabalhadores, CUT, fruto da articulação construída a partir do novo movimento sindical, a CONTAG não aderiu ao quadro institucional da central (ANTUNES, 1995).

## O processo de fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Muriaé: agentes e conflitos

O Processo de fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Muriaé deu-se num período caracterizado pelo surgimento dessas organizações em diversos outros municípios da região, cuja busca pela organização sindical se insere no contexto nacional de efervescência política, surgimento de partidos e frentes de ação popular que emergiram com o fim da Ditadura Militar e que possibilitou uma reorganização dos movimentos de base dando margem às suas manifestações.<sup>6</sup>

A mobilização para fundação do Sindicato ocorreu de forma intensa e ramificada nas diversas *comunidades* formadas no meio rural a partir dos Movimentos de Base da Igreja Católica, principalmente os Núcleos de Evangelização Rural e a Boa Nova<sup>7</sup>. O conceito de *comunidade* caracteriza não apenas um espaço geográfico, mas está principalmente relacionado ao movimento religioso que introduziu a denominação de Comunidades Eclesiais de Base, as CEB's, para caracterizar pequenos grupos de trabalhadores organizados em torno da capela (COMERFORD, 2003).

Nos relatos a fundação do sindicato é identificada como fruto de um processo de *conscientização* e de *libertação* originado nos pequenos grupos de reflexão que foram formados em fins dos anos 70. Nesse contexto, o sindicato percebido como uma *ação concreta* originada a partir dos debates sobre a situação dos trabalhadores rurais, das mulheres, dos jovens da zona rural:

*Acho que foi aquela época que a gente se libertou né? Que eles falam que libertou. Porque a gente participava, foi mais a partir da igreja que a gente ficou sabendo né? Que tinha curso de Boa Nova, né? As reuniões de comunidades, e era muito, era muito falado de sindicato, passou a participar do sindicato, procurar os direitos, ai tinha as músicas né, que sobre os direitos dos trabalhadores, incluía tudo né.<sup>8</sup> O primeiro passo que nós, que eu no caso, fiquei sabendo foi na reunião de jovens trazida da Boa Nova, essa experiência de sindicato,*

---

<sup>6</sup> O município de Muriaé está localizado na porção leste da Zona da Mata de Minas Gerais. Atualmente, sua população total é de 97.628 habitantes, dos quais 13.705 está na Área Rural, de acordo com Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, de 13 de Maio de 2008.

<sup>7</sup> A *comunidade*, que está ligada a um espaço geográfico, está também diretamente relacionada com o movimento religioso de base que trouxe a denominação de Comunidades Eclesiais de Base, as CEB's, que são pequenos grupos de trabalhadores organizados em torno da capela. Sobre as CEB's, ver MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. Et. Al. Op. Cit. e COMERFORD, Jonh Cunha. Et. Al. *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003

<sup>8</sup> Entrevista concedida por uma trabalhadora rural e ex-diretora do sindicato.

*né. Eu não tinha curso ainda da Boa Nova, mas gente que fez trouxe a notícia.*<sup>9</sup>

Essa identificação feita pelos trabalhadores indica que o movimento sindical teve início a partir das CEB's por meio de cursos e reuniões cuja origem está no trabalho da Igreja Católica, de modo mais específico daqueles setores da igreja ligados aos problemas sociais, como a Comissão Pastoral da Terra – CPT, fundada em 1975. A figura de um padre dirigente de uma das principais paróquias do município e ligado a CPT, o Padre Agostinho, está presente em todos os relatos percebido como um *agente* essencial a organização sindical no município.

*Quem puxou (o movimento sindical), eu me lembro que eu morava aqui, eu comecei participar assim né, porque o Padre Agostinho começou a orientar pra formar o sindicato, é tanto que ele que reunia com nós né, nós que reunia, reunia com ele porque ele né, ele que marcava as reuniões e nós reuníamos com ele né, e ele dava as coordenadas lá né, os materiais que tinha naquela época pra gente estudar, então foi através do Padre Agostinho, que ele foi o pivô central do sindicato isso não pode deixar de dizer que não foi né.*<sup>10</sup>  
*O Padre Agostinho foi um começo né, o Padre Agostinho foi o que começou tudo, porque eu não sei de qual país que ele é mais ele não é brasileiro então ele tirou essas experiências de outros países, e ele pressionava o governo pra dá essa chance pro trabalhador né.*<sup>11</sup>

Por meio da análise das atas do sindicato é possível perceber que a contribuição da Igreja vai além do trabalho de mobilização e organização das comunidades de base e possui um peso estrutural e organizacional para a fundação do sindicato. As primeiras reuniões para formação do sindicato que foram registradas em ata têm início em 1982 e foram realizadas em sua maioria em salões da Igreja Católica. Os participantes eram mulheres e homens trabalhadores rurais, professores, padres e representantes de entidades, como a CPT e a Central Única dos Trabalhadores - CUT. O Padre Agostinho e também o vice-prefeito do município de Muriaé, José Paulo Monteiro, prestam nesse período um tipo de assessoria aos trabalhadores rurais, exercendo tarefas como elaboração de atas e orientações legais. No caso do STR de Muriaé, esse envolvimento contribuiu para organização dos trabalhadores rurais, principalmente em nível local. Os trabalhadores relatam inclusive que essas pessoas, o padre e o vice-prefeito, os buscavam em casa para levá-los às reuniões, aos encontros, para fazer mobilizações nas

---

<sup>9</sup> Entrevista concedida por um trabalhador rural.

<sup>10</sup> Entrevista concedida por trabalhador rural, sócio-fundador do sindicato.

<sup>11</sup> Entrevista concedida por um trabalhador rural.

comunidades. Não há relato de conflitos com nenhum desses personagens, e embora o sindicato anos depois tenha se desligado da prefeitura, a figura do José Paulo é lembrada com gratidão, enquanto um agente animador do movimento e há relatos de que José Paulo, o vice-prefeito, havia tido conflitos com o Prefeito devido à sua interação com o sindicato.

Nesses primeiros momentos, é marcante a presença de pessoas ligadas a CPT, a CUT e as Escolas Família Agrícola, as EFA's, que também assessoraram o processo de fundação da organização. Nas atas constam os relatos das observações desses agentes sempre dando alertas que aos trabalhadores sobre os perigos da forma de organização para a qual estão se mobilizando, como exemplo era citado o sindicato *pelego* ou *erva de passarinho* como uma deformação do movimento. O *assistencialismo* e a *politicagem* também são mencionados como práticas negativas para o sindicato.

Os agentes ligados à Igreja e ao poder público local, além da formação, também contribuíram para estruturação física e financeira do movimento sindical, cedendo local para realização de eventos e transporte aos trabalhadores. Consta nas atas que, no ano de 1986, a prefeitura municipal forneceu ônibus para viabilizar a vinda dos trabalhadores rurais para a Comemoração do Dia do Trabalho (1º de Maio), além disso, forneceu uma sala provisória para funcionamento da sede do STR após sua fundação. A Igreja, representada pelo Padre Agostinho, viabilizou projetos para aquisição de veículos para a organização em 1987 por meio de entidades estrangeiras. A contribuição desses mediadores foi importante para a consolidação da organização sindical e suas intervenções não se estenderam aos espaços deliberativos e decisórios do sindicato, mas se mantiveram muito expressiva em espaços de formação e de mobilização.

Por meio dos documentos e relatos é possível perceber que os trabalhadores (as) assumiram um protagonismo diante da proposta de fundar o sindicato tendo em vista que das reuniões que aconteciam na cidade, era delegada aos próprios trabalhadores a função de mobilização no meio rural, nas comunidades. Outro aspecto que fica evidente nas atas e nos relatos é que a participação dos trabalhadores nos cursos, reuniões, manifestações e comemorações que foram realizadas no âmbito do processo de fundação do sindicato era intensa e regular, embora seja relatado por eles que havia dificuldades financeiras para participar e acompanhar o movimento.

Por meio dos relatos é possível perceber que, embora problemáticas, as dificuldades financeiras não impediram a participação dos trabalhadores (as) no período de mobilização para fundação do sindicato, como relatado abaixo,

*[...] toda vez que a gente participava era difícil [...] mas nessa época era muito pior porque a gente só plantava e colhia a gente não pegava em dinheiro, muito pouco né, então toda vez que vinha pra participar a gente tinha que vender uma mercadoria pra participar, pra pagar a viagem né, vendia dois sacos de arroz ou vendia frango.<sup>12</sup> [...]eu lembro que a mobilização no início era difícil, nós não tínhamos dinheiro, não tínhamos apoio, então o trabalho de base, eu lembro que nós fazíamos o trabalho de base muito, fazia a pé, fazia de charrete, viagem era só de ônibus né, e muito vezes bancávamos a gente mesmo, por exemplo, nós fazíamos reunião em Muriaé, nossas reuniões eram em Muriaé, todas as reuniões que tinham em Muriaé, por exemplo, o sindicato não bancava igual hoje não, hoje recebe dia de serviço recebe diária naquele tempo não a gente ia dia de serviço por conta da gente, passagem por conta da gente e muitas vezes até alimentação e não tinha, a gente fazia lanche, era lanche, era muito pão com salame e assim passava, passava o dia assim.<sup>13</sup>*

A mobilização no período que antecede a fundação do sindicato era feito pelos próprios trabalhadores (as) através de uma troca entre aqueles que pertenciam a diferentes comunidades, em que um ia pra comunidade do outro para dar cursos e falar sobre o sindicato. Essa troca foi uma prática utilizada pelos grupos do Movimento Religioso da Boa Nova entre aqueles que faziam o curso e que tinham como compromisso repassá-lo aos demais. Na mobilização para fundação do sindicato essa prática foi repetida. Os espaços dos grupos de reflexão dos movimentos de base eram usados para *mobilizar, conscientizar e esclarecer* os demais trabalhadores e principalmente para fortalecer sua *consciência sindical*. Os trabalhadores entrevistados relatam que era mais fácil mobilizar os trabalhadores para uma reunião religiosa do que para falar de sindicato:

*Naquela época falar de sindicato era muito complicado, ninguém acreditava, outros questionavam, outros criticava, quando falava em sindicato assustava um pouco o pessoal [...] naquele tempo as Comunidades Eclesiais de base era muito forte então a gente aproveitava sempre as comunidades pra aproveitar aquele momento e fazer esse trabalho de sindicato, fazer divulgação do sindicato, pra quê que tinha sindicato, a importância dele.<sup>14</sup>*

*Pro sindicato era mais difícil né. Mas pra Boa Nova não [...] Não sei por que o pessoal já era, muita gente não era esclarecido né, tinha medo, muita gente tinha medo [...] é, medo. Porque aí envolvia*

---

<sup>12</sup> Entrevista concedida por um trabalhador rural.

<sup>13</sup> Entrevista concedida por trabalhador rural e diretor do sindicato desde 1990.

<sup>14</sup> Entrevista concedida por trabalhador rural e diretor do sindicato desde 1990.

*negócio de patrão também né. O empregado tinha medo e os patrões não aceitavam também, então tinha muito medo nessa época.*<sup>15</sup>

Diante dos relatos fica evidente que a mobilização para fundação do sindicato aconteceu junto às reuniões das Comunidades Eclesiais de Base e a discussão acontecia sempre junto com uma reflexão sobre a situação de exploração que havia no meio rural. Nas primeiras reuniões documentadas é comum haver longos momentos em que os trabalhadores discutiam a respeito das condições de trabalho, de produção sempre ressaltando a necessidade de fundação do sindicato como uma forma de superação da realidade vivida.

Sobre esse aspecto, Medeiros (1989) afirma que os trabalhos realizados por meio do movimento de base coordenado pela Igreja foram propulsores do estabelecimento de críticas as condições de vida no meio rural. Nesse mesmo sentido, Luciano de Almeida, em seu trabalho sobre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais em um município da região da Zona da Mata de Minas, na década de 80, afirma que as CEB's promoveram um processo de reconhecimento entre os trabalhadores por meio da categoria *pobre*, a qual foi essencial para formação de uma identidade entre os mesmos, contribuindo, mais tarde, para sua organização enquanto *classe* trabalhadora em torno do sindicato (ALMEIDA, 1992, p.152).

Essa formação de uma identidade e de uma consciência crítica a respeito das condições de vida no meio rural é fundamental para compreensão do envolvimento dos trabalhadores (as) em todo o processo de fundação do sindicato. A missão de fundar o sindicato é vista como uma missão religiosa pelos trabalhadores. O que, em grande medida, ajuda a compreender o fato de as dificuldades financeiras não impedirem, num momento inicial, a sua participação nesse processo.

No relato de um trabalhador rural sobre o que era discutido nas reuniões é possível perceber essa relação entre religiosidade e o envolvimento com a mobilização sindical:

*Nós discutíamos assim, como que nós ia falar, porque a Boa Nova era assim, nós ia lá em Eugenópolis participar do curso que o João Rezende presidia e o Alípio, então lá já saia escalado pra cada comunidade dois membros dos que estavam no curso pra fazer o trabalho da Boa Nova que era tirado da bíblia, só que o trabalho da Boa Nova é uma evangelização diferente dos outros movimentos porque ela envolve a religião e a situação que o povo tá vivendo, então ela envolve as duas partes, então é a onde saia duas pessoas para cada comunidade pra evangelizar desse tipo, tinha que ser desse*

---

<sup>15</sup> Entrevista concedida por uma trabalhadora rural e ex-diretora do sindicato.

*tipo a evangelização, a pessoa podia evangelizar do jeito que ele queria mas só que o certo era esse né, nós aprendia lá em Eugenópolis é isso, lá no curso, aí é essas reuniões que houve na matriz da Barra era pra fazer assim aonde a gente encaixava esse trabalho no sindicato, pra convidar mais gente, porque o povo só participa se tiver entusiasmo, se não tiver não, então ali nós discutíamos como é que, o quê que ia fazer pra conquistar o povo e como que ia conquistar o povo. O quê que nós ia fazer e como nós ia fazer porque às vezes você tinha, nós tinha um plano assim de chegar em uma comunidade lá em Belisário e falar do sindicato, mas pra nós falar nós tinha que preparar primeiro o terreno né, então (...)*<sup>16</sup>

Na fala é ressaltada uma percepção de que o movimento envolvia duas partes: a *religião* e a *situação que o povo tá vivendo*. O reconhecimento da relação entre essas duas dimensões indica que o compromisso de falar sobre sindicato era também um compromisso religioso ou imprescindível à prática religiosa. O desafio era *conquistar o povo* e *encaixar o sindicato* num processo de evangelização. Por meio dos relatos é possível perceber que essa aproximação entre sindicato e trabalho religioso foi essencial para o envolvimento e o comprometimento dos trabalhadores e também para o estreitamento das relações entre os agentes de diferentes comunidades rurais. Como havia dificuldade em falar do sindicato devido ao medo de algumas pessoas, mas não havia dificuldade em mobilizar para falar de religião, os trabalhadores canalizaram as oportunidades criadas por meio do trabalho religioso para tornar possível a mobilização para fundação da organização sindical. A aproximação entre sindicato e religiosidade como aparece nos relatos tornou-se uma estratégia de mobilização e de formação de identidade viabilizando um processo de construção de legitimidade dessa organização entre os trabalhadores.

Portanto, os mobilizadores do processo de fundação do sindicato foram, principalmente, líderes representantes das *comunidades de base*, pessoas que possuíam um poder de representação baseado numa caminhada religiosa. Aqueles trabalhadores que foram ouvidos, quando se lembram das pessoas, rapidamente associam-nas a uma *comunidade* que, muitas vezes, é conhecida devido às trocas de comunidades promovida pelos trabalhos de evangelização. Fazer parte, ser de uma determinada *comunidade* é uma forma de reconhecimento dos trabalhadores em relação as pessoas do meio urbano, como o padre, o vice-prefeito, as professoras, e também entre si. A presença desses trabalhadores (as) nas reuniões é ressaltada enquanto representação de uma comunidade e esse pertencimento se torna uma referência e um critério para sua

---

<sup>16</sup> Entrevista concedida por um trabalhador rural.

participação em comissões, e posteriormente na Diretoria do STR.<sup>17</sup> Um dos primeiros diretores do sindicato conta como se iniciou sua participação na diretoria do sindicato,

[...]eu já fui indicado pela comunidade, a gente fez reuniões nas comunidades pra tirar os membros eu mesmo fui indicado na comunidade pra estar compondo, aí a gente pegava aqueles nomes indicados pela comunidade, por exemplo eu da comunidade dos Mendes, outro de outra comunidade, outro e aí a gente sentou pra formar a diretoria.<sup>18</sup>

O reconhecimento de um indivíduo como alguém pertencente a uma comunidade lhe proporciona acesso à organização à medida que os diferencia dos demais, aqueles cujas comunidades as quais pertencem não os tornam aptos a serem mobilizadores por não estarem inseridas no trabalho religioso em torno das CEBs. Nesse sentido, tal reconhecimento pode ser caracterizado como um ato de instituição, como propõe o autor. O próprio termo “comunidade”, que passou a ser utilizado para designar os grupos de pessoas que habitavam no meio rural em torno de uma paróquia ou um córrego, se constitui como um nome, uma construção social por meio da qual se torna possível reconhecer indivíduos pelo seu pertencimento a um lugar, a um grupo específico, com características específicas (COMERFORD, 2003).

Ser de uma comunidade e ser conhecido e reconhecido por isso são estratégias sociais que, como proposto por Bourdieu (2008), podem ser definidas como atos de instituição. Tais atos possuem implicações reais, implicações no mundo real apesar de agirem sobre as representações do real. Dessa forma, pertencer a uma comunidade e representar essa comunidade no espaço do sindicato significava, não ser *pobre com cabeça de grande* e estar apto a exercer seu poder de participação. O início desse processo de constituição da organização foi, portanto, permeado por ritos sociais de nomeação e instituição que buscaram delinear *quem era quem* no grupo que estava sendo formado.

De acordo com Bourdieu (BOURDIEU, 2008: 117),

A ação propriamente política é possível porque os agentes, por fazerem parte do mundo social, têm um conhecimento (mais ou menos) desse mundo, podendo-se então agir sobre o mundo social agindo-se sobre o conhecimento que os agentes têm dele. Esta ação tem como objetivo produzir e impor representações (mentais, verbais, gráficas ou teatrais) do mundo social capazes de agir sobre esse mundo, agindo sobre as representações dos agentes a seu respeito. Ou

---

<sup>17</sup>Em algumas Atas chegam a constar da seguinte forma: “estavam presentes as comunidades de São João do Glória, Fazenda da Providência de Bom Jesus da Cachoeira, Capetinga, Pirapanema e Cachoeira Alegre.” SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MURIAÉ. Ata da Reunião de Mobilização do dia 27 de Janeiro de 1985. Livro de Assembléias, p. 4.

<sup>18</sup>Entrevista concedida por um diretor do sindicato desde a década de 1990.

melhor, tal ação visa fazer ou desfazer os grupos – e ao mesmo tempo, as ações coletivas que esses grupos podem encetar para transformar o mundo social conforme seus interesses – produzindo, reproduzindo ou destruindo as representações que tornam visíveis esses grupos perante eles mesmos e perante os demais.

Além dos espaços da vida religiosa e das comunidades de base, outro centro de formação e mobilização do trabalho sindical foi a Escola Família Agrícola - EFA do município de Muriaé, localizada no distrito de Pirapanema e fundada em 1982<sup>19</sup>. A proposta diferenciada para a formação de jovens do meio rural contribuiu para a organização do Sindicato. Nela estudaram alunos que pertenciam a comunidades inseridas ativamente desse processo, além disso, por meio dela houve o entrosamento de muitas pessoas ligadas ao Movimento da Educação de Base, o MEB, que contribuíram com a formação dos trabalhadores, jovens e mulheres da região.<sup>20</sup> Um dos presidentes do sindicato afirma o seguinte, “*eu acho que, pra mim, eu tinha certeza que estudar na Escola Familiar Agrícola era um passo que realmente pudesse fortalecer o Sindicato, pra que eu estivesse no Sindicato, então a Escola Família Agrícola dentro da minha atuação ela foi fundamental*”<sup>21</sup>.

No período que antecede a fundação do Sindicato, portanto, as ações de mobilização dos trabalhadores (as) rurais, principalmente no nível das comunidades, foi bastante intenso. Em grande parte das atas registradas nesses anos, consta um intenso trabalho de reuniões nas comunidades e de encontros entre os diversos agentes envolvidos na fundação do sindicato. Nas reuniões que foram realizadas em Muriaé, esses eventos apresentavam uma enorme riqueza de debates, de formação e de informação indicando a existência de um trabalho sistemático em que os próprios trabalhadores se comprometiam em realizar novas reuniões nas suas comunidades e nas comunidades de outros, informavam para os demais como haviam sido as reuniões, quais as necessidades diagnosticadas, quais os anseios e, a partir desses relatos, novas reuniões eram marcadas.

Como resultado de todo esse trabalho de mobilização, em julho de 1985 foi formada e votada uma *Comissão Provisória Diretora*, com o objetivo de *agilizar o movimento sindical*, constituída por trabalhadores e trabalhadoras que passaram a se reunir periodicamente. Em dezembro do mesmo ano, foi organizada uma chapa única

---

<sup>19</sup> A Escola Família Agrícola de Muriaé foi a primeira fundada no Estado de Minas Gerais.

<sup>20</sup> Desde os anos 60 o Movimento de Educação de Base esteve presente no meio rural, atuando principalmente no tema da Educação (BORGES, 1988).

<sup>21</sup> Entrevista cedida por um presidente do sindicato.

que, conforme consta em Ata, era composta com *representação de todos os companheiros que lutaram e acreditaram na organização da categoria*. E, em 12 de Janeiro de 1986, foi realizada a Assembleia de fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Muriaé.<sup>22</sup>

Entretanto, o processo de mobilização iniciado nos anos anteriores a 1986 não foi encerrado com a fundação do sindicato. A institucionalização da organização proporcionou e gerou, principalmente no ano seguinte, um trabalho ainda mais sistemático no meio rural que, a partir de então, abarcava o desafio de consolidar e dar legitimidade ao sindicato entre os trabalhadores e diante da sociedade. Nesse processo, os relatos demonstram que os conflitos já existentes antes da fundação se tornaram cada vez mais intensos e recorrentes.

*Naquela época foi muito difícil porque as pessoas grandes, assim cabeça de grande, eles botava na cabeça dos empregados, das mulheres que isso era lorota, que isso não existia, que sindicato era só um, que era o Sindicato Rural, que pra nós hoje é o sindicato patronal, mas na época era chamado de sindicato Rural o nome dele.*<sup>23</sup>

*(...) Mas os patrões e até os mais pobres mesmo, que não tava do lado de nós, nosso lado da igreja, sindicato aquela coisa toda e ficava contra também né.*<sup>24</sup>

Um dos primeiros desafios foi adquirir legitimidade diante dos demais trabalhadores rurais, alguns identificados como *pobres com cabeça de grande*, que não acreditavam em um sindicato de trabalhadores rurais. Havia também aqueles que trabalhavam em grandes fazendas, os *assalariados*, principalmente, que viviam sobre a tutela dos patrões e eram impedidos de se envolver com o sindicato. Sobre a questão do envolvimento dos assalariados rurais, há um caso relatado por muitos entrevistados que é o caso da Fazenda Providência, localizada no Distrito de Bom Jesus da Cachoeira, município de Muriaé. Nesta fazenda morava e trabalhava o Sr. Alípio Teodoro, que se tornou um dos grandes mobilizadores do sindicato e que trouxe para a organização a discussão a respeito da situação de exploração sob a qual viviam cerca de 40 famílias, incluindo a sua. Na fazenda, essas famílias trabalhavam com o cultivo das chamadas lavouras brancas, mais especificamente feijão, mandioca, milho e arroz, sob o regime de

---

<sup>22</sup> SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MURIAÉ. Ata da Assembleia de Fundação do dia 12 de Janeiro de 1986. Livro de Assembleias, p. 12.

<sup>23</sup> Entrevista concedida por um trabalhador rural.

<sup>24</sup> Entrevista concedida por uma trabalhadora rural e ex-diretora do sindicato.

meia e terça<sup>25</sup>. O arroz, contudo era o produto de maior expressividade econômica e, para beneficiá-lo os trabalhadores usavam o maquinário do patrão que descontava dois quilos de arroz por cada sessenta quilos beneficiados. Esse desconto era calculado sobre toda a produção, tanto a do patrão quanto a do empregado, no entanto recaía apenas sobre a parte que pertencia ao empregado.<sup>26</sup> Na fazenda havia também um conflito entre os próprios trabalhadores porque uns eram contra e outros a favor do sindicato e, aqueles que eram contra muitas vezes delatavam os que se envolviam com os trabalhos sindicais.

Esse caso marcou os primeiros trabalhos realizados pelo sindicato, que exerceu um papel de mediação, intervindo por meio de negociação com o patrão, organizando reuniões às escondidas e conversas com os empregados. A fazenda, além de ocupar uma grande extensão de terra pertencia a uma família tradicional do município de Muriaé, o que tornou a mediação um fato ainda mais peculiar devido às experiências de autoritarismo e clientelismo que marcaram historicamente a relação entre os grandes fazendeiros e os trabalhadores assalariados da fazenda bem como com os trabalhadores que agora dirigiam o sindicato e lideravam a negociação. Os trabalhadores da fazenda e os dirigentes do sindicato viram nas conquistas alcançadas nesse conflito a importância da organização sindical na luta pelos direitos e na negociação coletiva das condições de trabalho no meio rural. Devido a sua expressividade, essa experiência se tornou um dos principais elementos da narrativa dos dirigentes sindicais, principalmente devido à vivência do enfrentamento, da experiência de chegar na fazenda a noite com os faróis do carro desligado para não serem descobertos, de correr o risco de *tomar uma bala pra cara à fora*.

As disputas que envolveram a busca pela legitimidade do STR ocorreram de modo bastante expressivo na relação com o sindicato patronal rural. Em grande medida, essa disputa dizia respeito ao próprio reconhecimento da categoria trabalhador rural, instituída pelo Estatuto em 1964, mas que, no entanto, ainda na década de 80, não havia alcançado efetividade e legitimidade social (MEDEIROS, 1989). Desde a criação do Estatuto, inúmeros impasses ocorreram na busca pelo reconhecimento legal da profissão tanto junto às instituições públicas quanto junto aos próprios trabalhadores, que muitas

---

<sup>25</sup> A meia e a terça são expressões que servem para designar a parte ou quantidade que cabe ao empregado ou parceiro entregar ao patrão, ou ao dono da terra, após a colheita.

<sup>26</sup> Esse caso foi contado nas entrevistas por um trabalhador rural que na ocasião da fundação do sindicato era empregado de uma fazenda na região de Muriaé, por um ex-presidente do STR, por um ex-funcionário e por um sócio-fundador do STR. Todos eles relataram detalhes do sistema de trabalho e de produção que ocorria na fazenda.

vezes consideravam que assinar a carteira de trabalho com trabalhador rural era “sujar a carteira”, como relatou também um ex-presidente do sindicato.

No bojo das disputas e conflitos em torno do reconhecimento e legitimação dos trabalhadores rurais enquanto categoria social e política que permearam os trabalhos dos dirigentes sindicais, o sindicato rural, ou patronal, era visto como um dos principais rivais do Sindicato dos Trabalhadores Rurais principalmente por aqueles trabalhadores que se envolveram diretamente com sua formação. Tornar clara a diferença que havia entre as duas organizações para os demais trabalhadores se tornou uma *empreitada ferrenha*, que é contada por um trabalhador rural e ex-dirigente sindical,

*Nós fomos fazer reunião lá naquela Pedra Alta [...] chegamos lá encontramos umas mulheres lá que falou ‘é mais, nós não precisa de outro sindicato não, porque sindicato bom é esse que tá aí’ [...] A mulher falou isso lá pra nós, ‘não, nós não precisa de outro sindicato não, esse sindicato que nós tem aí tá muito bom’, só que era o patronal né, que defendia os direitos do patrão primeiro, depois se sobrasse alguma coisa...<sup>27</sup>*

A diferença argumentada pelos trabalhadores envolvidos com o STR estava na atuação assistencialista e pelega do sindicato patronal enquanto, em contraposição, o STR trazia uma proposta mais radical de transformação da sociedade e das condições de vida no meio rural.<sup>28</sup> De acordo com um trabalhador rural entrevistado,

*[...] o sindicato dos trabalhadores trabalha de uma forma diferente que é informar e não fazer assistência, porque o sindicato patronal ele faz assistência, você precisa tirar um dente você vai lá, você precisa de um médico ele tem, mas não informa nada, e o sindicato dos trabalhadores é pra passar informação, até aonde o seu direito vai.<sup>29</sup>*

O relato indica que o conflito com o sindicato patronal, já existia antes da formação do STR haja visto que muitos trabalhadores rurais, parceiros ou assalariados, não haviam se filiado ao sindicato patronal acumularam experiências negativas em relação a essa organização, tanto pelo fato de que ela nunca havia os atendido, como pela natureza que a caracteriza enquanto uma organização dos grandes fazendeiros, dos patrões, que representavam o lado do explorador, do grande, no contexto de crítica que emergia a partir dos trabalhos com o sindicato. Em consequência de um enfrentamento gerado a partir da fundação do STR, muitos pequenos proprietários que eram filiados ao

---

<sup>27</sup> Entrevista concedida por um trabalhador rural, sócio-fundador e ex-diretor do sindicato.

<sup>28</sup> Ver SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MURIAÉ. Atas das Reuniões da Diretoria 1986 a 1989. Livro de Atas.

<sup>29</sup> Entrevista concedida por um trabalhador rural.

sindicato patronal se inseriram no movimento sindical que emergia. No entanto, muitos outros trabalhadores não mudaram de posição, de acordo com os relatos em alguns casos pelo fato de muitos trabalhadores não estarem *esclarecidos* quanto às diferenças entre as propostas e, em outros casos, pra não criarem conflitos com o patrão ou o dono da terra.

As rivalidades entre famílias e grupos religiosos e políticos distintos também foram causas de muitos conflitos e disputas ocorridas no período de formação e luta pelo reconhecimento do sindicato. De acordo com Comerford (2003), as redes de sociabilidade constituídas historicamente exerceram influência em todo processo de formação e atuação dos sindicatos na região da Zona da Mata de Minas Gerais. Nos relatos, as rivalidades religiosas e políticas estão bastante presentes, muitas vezes representadas por uma simples diferenciação entre aqueles que possuíam e os que não possuíam *consciência*. Os grupos das Comunidades de Base formados por aqueles que se envolveram na formação do sindicato eram reconhecidos como os grupos daqueles que possuíam consciência, enquanto os católicos conservadores, os fazendeiros, alguns trabalhadores que não se envolviam com o sindicato eram vistos como o grupo dos *sem consciência*. Nos relatos essas rivalidades e definições utilizadas pelos trabalhadores aparecem da seguinte forma:

*A igreja, principalmente a Católica, toda vida ela teve uma divisão né, tem o carismático e tem o espiritual né, tem aquele que entrosa nas necessidades do povo que a gente chama de espiritual e tem a outra parte que só fica ali em imagem, adorar dentro da igreja só (...) então isso aí dificultou muito pro sindicato na época porque tinha gente na mesma casa brigando uns com os outros, e isso continua até hoje, tem muito católico aí de carteirinha que ele não concorda com a libertação do pobre.*<sup>30</sup>

*[...] aqui até teve sim um conflito assim mais não foi aquela coisa declarada né, mas que tinha, tinha, eles separaram. Porque entrou muito, na época do sindicato entrou muito esse negócio de política né [...] Aí era sindicato, política, partido, juntava, aí juntou tudo aquela, aquele grupo, aí tinha aquela separação né, aquele grupo separado né.*<sup>31</sup>

Os trabalhadores identificam uma separação entre grupos dentro das comunidades, embora muitas vezes *não declarada*, que é permeada por conflitos religiosos e políticos e que incluem o sindicato. É interessante perceber que nesse âmbito das disputas não há uma separação clara, mas uma mistura das causas dos

---

<sup>30</sup>Entrevista concedida por um trabalhador rural.

<sup>31</sup>Entrevista concedida por uma trabalhadora rural e ex-diretora do sindicato.

conflitos, embora seja possível perceber a distinção de dois lados diferentes. A política permeia essa separação, de maneira peculiar, introduzindo os trabalhadores em esferas mais amplas da disputa pelo poder, por meio do envolvimento com partidos políticos e também por meio da participação em manifestações políticas organizadas.

Quando os trabalhadores relatam as passeatas e protestos públicos que ocorreram nesse período ressaltam que nunca haviam se envolvido nessas atividades, mas as contam de forma entusiasmada, mesmo aquelas das quais não puderam participar, por um motivo ou outro, mas que, de algum modo, estabeleceram um tipo de envolvimento. Uma delas foi contra a construção de uma barragem hidrelétrica no Rio Glória, que atravessa o município de Muriaé e algumas comunidades rurais. Nesse conflito houve o envolvimento direto de trabalhadores rurais atingidos pela construção da barragem. Um trabalhador rural conta que:

*o conflito maior que a gente teve aí, com relação a trabalhador, e o sindicato envolveu muito, foi ali naquela barragem, aquela barragem do Glória, que ali o padre Agostinho envolveu muito e o sindicato envolveu muito com os trabalhadores, que aí os trabalhadores que moravam na margem e que teve alguns que foram expulsos mesmo [...] a gente chegou a fazer celebração ali, o pessoal reuniu muita gente fazendo celebração e pediram assim justiça para aqueles trabalhadores e teve trabalhador que foi preciso sair quando a água estava chegando nele, então teve alguns conflitos mesmo, foi uma coisa bem forte, eu nem sei depois o que se sucedeu mas teve trabalhador ali que foi preciso ser expulso mesmo, com a chegada da água na sua casa.<sup>32</sup>*

Outra manifestação que aparece nos relatos foi realizada num bairro da periferia do município de Muriaé. A causa era a desapropriação que estava sendo feita pelo governo municipal para construção de um aeroporto. Essa manifestação, como a anterior, também foi organizada pelo padre Agostinho e, embora os desapropriados fossem moradores do meio urbano, os trabalhadores rurais e dirigentes sindicais participaram ativamente dos protestos e, nos relatos, demonstram um entendimento claro do problema sobre o qual manifestavam, como conta um trabalhador rural:

*Para aumentar o campo de aviação teria que haver desocupação. Então eles não iam, assim, derrubar a casa das pessoas e deixar as pessoas na rua, só que ia mudar, às vezes a pessoa tinha uma casa que valia dez mil e eles iam dar uma casa que valia menos né, em outro local, num lugar que a pessoa não era adaptada ali, em outro*

---

<sup>32</sup>Entrevista concedida por um trabalhador rural diretor do sindicato desde 1990.

*bairro né, então o Padre Agostinho não conformou com a ideia, e ali entrou em conflito a igreja e os movimentos né, na época grupo jovem e Boa Nova, abaixo assinado em cima né [...] E o sindicato tava nascendo nessa época, ele já nasceu no meio de um brasil de fogo né.*<sup>33</sup>

Nesse caso, o desfecho da manifestação possibilitou ao movimento sindical redefinir também a relação com o prefeito do município que, embora houvesse cedido uma sala para o funcionamento do sindicato nos primeiros anos de funcionamento, não atendeu às solicitações apresentadas na manifestação, fazendo com que, a partir de então, sua postura fosse posta em xeque pelos trabalhadores. A relação do padre com o prefeito também foi tensionada diante da sua ação de organizar uma manifestação contra uma obra “da Prefeitura”. Tanto o envolvimento do padre quanto dos trabalhadores gerou um dos primeiros desentendimentos entre o sindicato e o poder público do município.

Outro ato público de maior abrangência foi um enterro simbólico de um presidente da república, realizado em frente a agência do Banco do Brasil do município de Muriaé. De acordo com os relatos, os trabalhadores manifestaram pela anistia da dívida contraída por meio dos empréstimos do FUNRURAL - Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural, contra a crise inflacionária e pelo preço justo dos produtos agrícolas. Essa manifestação é identificada como uma manifestação organizada pelo movimento sindical, apesar do apoio da Igreja, e se sobressai nas narrativas pelo envolvimento de um número maior de trabalhadores.

Esses conflitos, além de importantes para a legitimidade e do reconhecimento do sindicato, também serviram para redefinir papéis e tecer novas relações. Os posicionamentos e as identidades que emergiram no âmbito das manifestações públicas e dos pequenos conflitos vão permitindo aos líderes sindicais e trabalhadores rurais definir aqueles que estão e os que não estão “do lado do sindicato”. Surgem os primeiros conflitos com o poder público municipal e algumas organizações sindicais urbanas se afastaram do STR. Esse novo dimensionamento das relações é relatado pelo primeiro presidente do sindicato,

*Primeiro foram tirando apoio, nós fomos criando muito conflito, muita gente gostava de nós, apoiava nosso conflito, mas não participava do conflito, então tinha uma coisa aí. Nós também fazíamos muita doideira [...] E, segundo foi saindo esse apoio de*

---

<sup>33</sup> Entrevista concedida por um trabalhador rural.

*recursos tipo prefeitura, essas coisas foram, o Paulo Carvalho que dava muito apoio foi afastando também, brigar com a gente e nós brigar com ele. E depois é, aí os sindicatos urbanos não acompanhavam muito a gente também, nós tentávamos muito, nós éramos muito duros, nós atacávamos muito também as pessoas e tal, os discursos eram muito inflamados, e nos tínhamos muito problema com polícia, com [...], tínhamos muito problemas, muitos, muitos, muitos, com esses fazendeiros com esses proprietários, a gente tinha muitas dificuldades.<sup>34</sup>*

Apesar dos inúmeros problemas surgidos, todos esses conflitos compõem os relatos dos trabalhadores entrevistados como um motivo de afirmação do trabalho realizado nos primeiros anos da organização sindical, envolvendo, nesse caso, tanto um reconhecimento da própria organização quanto dos trabalhadores e dirigentes sindicais envolvidos. Foi nesse processo que muitos líderes comunitários se destacaram e se tornaram símbolos da luta sindical (COMERFORD, 2003).

É comum nos relatos, quando os entrevistados se reportam aos primeiros anos de trabalhos sindicais, ouvir a expressão “naquela época”, dita de forma saudosa, deixando transparecer uma relação de contemplação com esse passado. Todas essas experiências de conflitos políticos, religiosos, e de enfrentamentos cotidianos, constituem-se na narrativa enquanto uma vivência que ficou no passado e serve como um elemento de comparação com o presente onde essas disputas já não são mais assumidas pelo sindicato ou pelo menos não são tão representativas como antes.

Outro aspecto que compõe essa narrativa diz respeito às dificuldades financeiras pelas quais passaram, não apenas os trabalhadores, mas também os dirigentes sindicais nos primeiros anos de trabalho. Embora a Igreja, por meio da CPT, e alguns deputados, apoiassem o movimento sindical por meio da doação de recursos e infraestrutura, todos que se envolveram diretamente com as primeiras mobilizações e as primeiras atividades ressaltam os *apertos* que passaram gerados pela falta de recursos para tomar uma condução, para fazer um lanche. Assim, tanto para os trabalhadores rurais, como para os dirigentes, esses *apertos* não impediram que a *missão* de fundar o sindicato e dotá-lo de legitimidade fosse abandonada.

*O sindicato naquela época era mais pobre que nós né, era nós mesmos que tava começando né, é por isso que eu falo com você, eu devo uma obrigação muito grande a essas pessoas e avalio de uma forma que eu fico pensando como é que pode ter umas pessoas assim igual o Zé Maria, a Rosa, essa gente andou muito sem dinheiro. Às*

---

<sup>34</sup>Entrevista concedida por um ex-presidente do sindicato.

*vezes o Zé Maria, teve uma vez que nos vínhamos de Viçosa juntos ele falou comigo que tinha uma semana que ele tava andando sem dinheiro, andando sem dinheiro e longe de casa, eu falo assim sem dinheiro porque já saiu com dinheiro contado ali se tirasse um centavo.*<sup>35</sup>

Essas dificuldades geraram um reconhecimento do trabalho dos dirigentes sindicais que atuaram naquele período. Há uma percepção de que seu envolvimento não ocorreu por interesse financeiro. Essa ausência de interesse financeiro, junto a postura de enfrentamento vivida nos diversos conflitos citados, caracteriza os primeiros trabalhos dos dirigentes sindicais e, em alguma medida, se relacionam à capacidade de mobilização que a organização sindical possuiu nos primeiros anos.

A partir da sua fundação, o sindicato torna-se, além de legítimo instrumento de luta e transformação social, uma referência de apoio para os trabalhadores rurais para a busca de informações, soluções de problemas, resolução de conflitos, assessoria jurídica e contábil. Enfim, o sindicato sai do plano das expectativas e passa a ocupar espaço nas necessidades cotidianas, não só daqueles que se envolveram com sua fundação e legitimação, mas de todos aqueles que, em alguma medida, passam a reconhecer e *contar* com o sindicato. Diante disso, o sindicato passará por um processo de mudanças e redefinição de papéis e prioridades.

---

<sup>35</sup> Entrevista concedida por um trabalhador rural.

## **CAPÍTULO 2**

### **O Pós-novo sindicalismo e os novos desafios da ação sindical**

Estimulados principalmente pela Igreja e pelos grupos de oposição sindical ligados à CUT, os trabalhadores de todos os cantos fundaram e se inseriram em organizações sindicais contribuindo para a insurgência de questionamentos a toda estrutura sindical que se estabeleceu ao longo dos anos no Brasil. Muitas lideranças potencializaram sua atuação frente à oportunidade de mudança política nos rumos do país e diante da necessidade de alcançar resultados mais concretos na luta pelos direitos do homem e da mulher do campo. Nos congressos do movimento sindical, realizados no início da década de 1980, é urgente o tema da forma de atuação junto às bases, principalmente para compensar, de alguma forma, a apatia causada pela repressão, e o tema das estratégias de atuação junto ao governo, na busca por superar a burocratização dos sindicatos gerada pelas políticas do governo militar e, ao mesmo tempo, ocupar espaços importantes nos processos de políticas públicas (MEDEIROS, 1989).

Esse panorama estimulou um processo de renovação dessas organizações, ao mesmo tempo em que trouxe a tona novos desafios e conflitos referentes à ação sindical. Não obstante um conjunto de reivindicações e princípios que indicaram uma série de reformulações pelas quais haveriam de passar os sindicatos, a partir da década de 1980, alguns estudos chamam atenção para a ocorrência de mudanças que apontam em que medida e de que forma foi possível, ou não, garantir a efetivação dos “avanços” na relação entre trabalhadores, sindicatos, Estado e grupos políticos (MARTINS, 1989; MEDEIROS, 1989; 1997; HOUTZAGER, 2004). Mais que isso, esses estudos reforçam a necessidade de estudos que procurem compreender como se estabeleceu essa dinâmica a partir desse período.

Nesse sentido, Favareto chama atenção para o fato de que “a imagem vigorosa que se tem do novo sindicalismo, muitas vezes esconde as contradições que se acumularam ao longo da trajetória, e cujo não enfrentamento resultou em sua crise”. (FAVARETO, 2001, p. 88).

O cenário no qual se inserem os sindicatos de trabalhadores rurais na década de 1980 é marcado por contradições, ambiguidades e conflitos. Consolidados nos anos anteriores como importantes instrumentos políticos da classe trabalhadora, os sindicatos enfrentavam nesse período dificuldades referentes às práticas de representação política que permeavam a sua estrutura e à consolidação das promessas advindas com o fim da ditadura e contidas nas reivindicações do novo movimento sindical. A legitimidade e a

democratização dos sindicatos, abaladas desde década de 1960, continuaram enfrentando problemas ao longo desses anos relacionados não mais a repressão do Estado, embora sua intervenção ainda fosse problema, mas aos entraves existentes dentro da própria organização a nível nacional, estadual e local.

### **Novos e velhos dilemas e contradições da ação sindical**

Cada vez mais os trabalhos de mobilização que abrangeram a fundação e a construção da legitimidade do sindicato, foram adquirindo novos aspectos. Se num período inicial o grande desafio foi ganhar a confiança dos trabalhadores e torná-los conscientes da importância do sindicato, após os primeiros anos os dirigentes sindicais tinham nas mãos o compromisso de manter e fortalecer a organização fundada. A Comissão Provisória Diretora, que a partir da fundação se transformou em Diretoria Provisória do Sindicato<sup>36</sup>, deu início, além das atividades de mobilização, a uma série de atividades próprias de uma organização sindical formalmente constituída, como reuniões mensais, intervenção direta em conflitos trabalhistas, reuniões estaduais e nacionais de organismos da estrutura sindical, organização de eventos de comemoração etc.

Dos trabalhos realizados nos primeiros anos de funcionamento do sindicato aqueles que possuem mais destaque são as questões da saúde e dos direitos trabalhistas. O espaço conquistado pelo sindicato com relação à questão da saúde – por meio do seu papel de mediar a validação da carteira do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social, a carteirinha do INAMPS, que garantia ao trabalhador atendimento médico e hospitalar – é muito ressaltado nos relatos dos dirigentes sindicais e dos trabalhadores rurais. Principalmente porque anteriormente o acesso à saúde era um instrumento de barganha e clientelismo na relação com fazendeiros ligados ao sindicato patronal.<sup>37</sup> Não precisar mais da assinatura do patrão ou de um grande proprietário de terra para poder consultar um médico ou fazer um exame incentivou muitos trabalhadores a se filiarem no Sindicato. Entre 1986 e 1988 a carteira do INAMPS foi

---

<sup>36</sup> O caráter provisório da Diretoria do Sindicato deve-se ao fato de que, embora a organização tenha sido fundada em 1986, a Carta Sindical, documento que regulariza o funcionamento do sindicato com base no seu reconhecimento pelo Ministério, só foi concedida em 1987. Só a partir de então o STR realizou sua primeira eleição elegendo através de votação uma Diretoria.

<sup>37</sup> Um dos entrevistados, o Ex-presidente do STR, José Maria Pinto da Silva, contou que para conseguir ir a um médico ou ser atendido em um Hospital que era o patrão ou dono da terra que tinha que assinar e depois de reivindicações passou a ser o sindicato quem assinava a Carterinha do INAMPS. Sobre saúde e clientelismo ver também COMERFORD, John Cunha. Op cit. p. 258.

um dos principais instrumentos de aproximação entre os trabalhadores e o Sindicato, o que contribuiu para o aumento da credibilidade da organização.<sup>38</sup> Da mesma forma, a luta por direitos trabalhistas e previdenciários, tanto representada em atos de protestos, como aqueles citados no capítulo anterior, quanto trabalhada nas informações e esclarecimentos prestados, serviu para promover o reconhecimento do sindicato entre os trabalhadores, uma vez que logo nos primeiros anos o STR montou uma sala específica para atendimentos jurídicos.

Embora estas não tenham sido as únicas atividades ou frentes de luta da organização sindical, nos primeiros anos, elas se destacaram frente às demais. Quando os trabalhadores são questionados sobre quais foram as bandeiras de luta abraçadas pelo sindicato naquele período sobressai a luta por direitos, tanto direito à saúde quanto trabalhistas e previdenciários. Os trechos de depoimentos transcritos a seguir demonstram a relevância destes temas.

*Tinha muitas lutas né, pelos direitos do sujeito na propriedade, por exemplo, que aí começou, através do sindicato começou um pouco de desentendimento de fazendeiros lá né, querer que o sujeito saísse, fosse embora, isso aí o sindicato trabalhou muito em cima disso aí, o direito do trabalhador, se ele saísse tinha que ser respeitado os direitos dele né, tinha que receber alguma coisa porque ninguém recebia nada né. Então o sindicato trabalhou muito em cima disso aí né, organizando o pessoal também, porque o pessoal acreditava muito mais no sindicato patronal né.<sup>39</sup>*

*Existiam muitas bandeiras, mas agora a bandeira principal que eu lembro muito é sobre a lei, a orientação da lei pra pobreza né, vamos dizer assim a pobreza né porque de qualquer forma transforma em pobreza, porque a pessoa que tem dinheiro mais não mentalidade assim pra saber das coisas ele, facilidade, ele é pobre de sabedoria também.<sup>40</sup>*

*Que eu me lembro aqui no Belisário tinha um senhor que chegou a aposentar aqui, no dia dele receber, que ele foi lá receber eles não queriam pagar foi preciso do Zé Maria ir com ele lá no sindicato (...) então os direitos melhorou né, mas assim, abriu um pouco o olho do trabalhador né.<sup>41</sup>*

Diante disso, a organização foi tomando forma e adquirindo um perfil relacionado ao atendimento de questões específicas: saúde e direitos trabalhistas e previdenciários, conformando um perfil de atuação sindical. O envolvimento e a atuação com essas questões gera além de credibilidade, uma grande demanda de

<sup>38</sup> SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MURIAÉ. Ata da Reunião da Diretoria do dia 24 de Julho de 1990. Livro de Atas, p. 1.

<sup>39</sup> Entrevista concedida por um trabalhador rural sócio-fundador e ex-diretor do sindicato.

<sup>40</sup> Entrevista concedida por um trabalhador rural.

<sup>41</sup> Entrevista concedida por um trabalhador rural sócio-fundador e ex-diretor do sindicato.

trabalhos à organização. Há, a partir de 1986, muitas observações feitas pelos dirigentes nas reuniões da diretoria quanto à dificuldade do sindicato em corresponder às expectativas dos trabalhadores que passa a procurá-lo para, questões relacionadas a diversas necessidades como acompanhamento a um médico ou ao posto do INPS. Esses pedidos muitas vezes geravam um incomodo para os diretores (as) que se preocupavam em não deixar que o sindicato se transformasse em um órgão assistencialista. Essa preocupação está relacionada à formação inicial recebida pelos diretores no período de fundação no sentido de garantir que o sindicato fosse um instrumento de representação política dos trabalhadores e não assumisse um postura assistencialista como aquela identificada na organização em anos anteriores. O aprendizado gerado a partir dessa formação inicial irá implicar na manifestação de diversos incômodos sentidos pelos dirigentes a partir dos dilemas vividos na prática da ação sindical.

Outras observações bastante frequentes entre os diretores nos primeiros anos estão relacionadas à sobrecarga de trabalho e atividades, o que implicava, de acordo com os mesmos, em um comprometimento do tempo disponível para “ir às bases”. Consta na ata de uma reunião da diretoria do STR realizada em 24 de julho de 1990 a seguinte análise relacionada a uma avaliação da atuação do Sindicato desde sua fundação:

Temos um acúmulo de tarefas, o que em certos momentos foi negativo, pois somos poucos para atender às demandas. Na diretoria por várias dificuldades, inclusive financeira, todos não puderam participar mais intensamente. O que certamente é um desafio fazer o trabalho nas bases comunitárias e estar ao mesmo tempo envolvido com tanta coisa. Avaliamos que precisamos ir mais às comunidades.<sup>42</sup>

Esse diagnóstico de um acúmulo de trabalho e a percepção da necessidade de irem mais às bases se transformaram em um dilema para os dirigentes sindicais já nos primeiros anos de trabalho. O reconhecimento e a credibilidade adquiridos implicaram numa dinâmica de atuação muitas vezes era incompatível com o número de dirigentes e funcionários e com os recursos financeiros da organização. Diante desse contexto, a diretoria do STR começou a vivenciar as contradições existentes no trabalho sindical que colocava de dois lados distintos a demanda por trabalhos ligados ao atendimento de questões burocráticas cotidianas e a continuidade das ações de mobilização, tão caras ao movimento e que foram se tornando cada vez menos frequentes.<sup>43</sup> Ao longo do tempo

---

<sup>42</sup>SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MURIAÉ. Ata da Reunião da Diretoria do dia 24 de Julho de 1990. Livro de Atas, p. 1-Verso.

<sup>43</sup> Ações de mobilização são ações que dizem respeito ao trabalho que é realizado junto as comunidades que possuem um caráter mais formativo também chamado de trabalho de base.

esse dilema foi endossado cada vez mais pela demanda dos trabalhadores, pela capacidade limitada da diretoria do sindicato e pelas escolhas feitas pelos diretores no bojo desse impasse.<sup>44</sup>

As dificuldades financeiras dos primeiros anos foi um elemento determinante para a atuação do sindicato. Após a fundação, esse assunto permeou todas as reuniões realizadas pela diretoria até final dos anos de 1990.<sup>45</sup> Um dos fatores ligados a essas dificuldades foi a demora para regularização sindical, que implicou na morosidade para o recolhimento do imposto sindical, apesar de o sindicato receber a mensalidade dos filiados, seu valor representava uma quantia muito pequena em relação às demandas da organização. Outro fator foi a própria natureza do público do STR, ou seja, os trabalhadores rurais, cuja maioria possuía muitas dificuldades para pagar a mensalidade sindical. Aqueles que possuíam melhores condições financeiras pagavam as mensalidades, mesmo diante da irregularidade do sindicato frente ao ministério e à estrutura sindical. Mesmo após a legalização do STR, com a possibilidade de recolher a contribuição, o imposto e a mensalidade sindical, a situação financeira não deixou de ser um problema.

Num primeiro momento, as questões financeiras foram determinantes para que os diretores sindicais definissem prioridades nas ações que deveriam ser realizadas. Nem todas as expectativas geradas poderiam, portanto, ser abarcadas devido a essas limitações. Esse impasse fica evidente a partir da análise das atas. Houve uma priorização das atividades de atendimento aos associados, que nesse período incluía despesas com advogados, devido às diversas questões trabalhistas que insurgiram, e despesas de ordem administrativas geradas pelos trabalhos na sede, como a emissão da carteirinha do INAMPS<sup>46</sup>. Embora a organização tenha contado com ajuda financeira da

---

<sup>44</sup> A capacidade limitada da diretoria se caracteriza pela disponibilidade de um número pequeno de diretores com disponibilidade para “trabalhar para o sindicato”. Esse número reduzido está relacionada, na maioria das vezes, às questões financeiras considerando que, como apresentado no capítulo anterior boa parte dos trabalhos realizados no primeiro ano não era remunerada. Outro fator que limitava era o número de dirigentes que possuíam habilidades como interpretar e elaborar documentos ou até mesmo agir diante de algum conflito que com frequência acontecia na sede. Esses aspectos serão mais bem tratados no próximo capítulo.

<sup>45</sup> Em meados dos anos 1990, devido a questões relacionadas à Previdência Social e às mudanças na Diretoria do STR, houve uma diminuição da presença da questão financeira na pauta das reuniões da Diretoria. Após esse período, nas atas das Assembleias do STR consta que houve sobra de recursos de arrecadação, que na maioria das vezes era utilizada na melhoria da sede, compra de veículo etc.

<sup>46</sup> De acordo com o ex-presidente do Sindicato, José Maria Pinto da Silva, no período de fundação do sindicato muitas fazendas estavam despejando seus empregados, que na maioria das vezes saíam sem receber nenhum recurso ou pagamento, de acordo com o que lhes garantiam os direitos trabalhistas. Outros trabalhadores procuravam os sindicatos para regularizarem sua situação de trabalho.

CPT e de alguns políticos durante um período, muito recurso do próprio sindicato era direcionando para assessoria jurídica, contábil e manutenção do escritório.

No que diz respeito ao pagamento dos diretores, que algumas vezes se revezavam para os trabalhos, consta em ata que poderiam receber o dia de serviço quando se dedicassem aos trabalhos sindicais. No entanto, os relatos demonstram que nos primeiros anos grande parte desses trabalhos teve caráter voluntário. Em decorrência das inúmeras despesas, muitos eventos de mobilização e formação não puderam acontecer, embora muitas demandas nesse sentido fossem percebidas pelos (as) dirigentes sindicais.<sup>47</sup> As viagens para congressos, encontros, seminários, reuniões e cursos de caracteres diversos, dos quais participavam tanto trabalhadores rurais como dirigentes se intensificaram, e não era mais possível que tudo fosse “pago do próprio bolso”, implicando em mais gastos. Por vezes a situação financeira limitou não só a realização de eventos e reuniões, mas também a participação dos dirigentes e lideranças em outros eventos; e gerou o afastamento de muitos que não puderam mais acompanhar ativamente a nova rotina. Os dirigentes sindicais observavam o problema, mas se viam impossibilitados de resolvê-lo devido à falta de recursos:

Discutimos a necessidade de o sindicato investir na formação de lideranças criando condições para que as mesmas possam participar de cursos e encontros para maior capacitação. Devendo o Sindicato providenciar um fundo para cobrir passagens e ainda quando possível também os dias de serviços das lideranças que estejam empenhadas em dar um retorno para as comunidades juntamente com o Sindicato. Apesar de sabermos da urgente necessidade de formação para as lideranças enfrentamos uma série de dificuldades de ordem financeira.<sup>48</sup>

Portanto, tanto a questão da saúde quanto dos direitos trabalhistas, com relação às quais o sindicato tanto entrevia quanto prestava informações e esclarecimentos, se transformaram no foco dos trabalhos e canalizaram tanto o tempo quanto recurso da organização. Apesar da sua importância para os trabalhadores, a gradativa diminuição do trabalho de base e das ações de formação e mobilização teve reflexos relevantes para o sindicato. Embora esses trabalhos, como a emissão carteira do INAMPS, representassem uma conquista para o sindicato, não gerou uma “consciência sindical”

---

<sup>47</sup> Ver SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MURIAÉ. Atas das Reuniões da Diretoria de 1986 a 1996. Livro de Atas.

<sup>48</sup>SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MURIAÉ. Ata da Reunião da Diretoria do dia 05 de Agosto de 1989. Livro de Atas, p. 43.

efetiva nos trabalhadores, como esperado pelos dirigentes.<sup>49</sup> Quando a partir de 1988, com a criação do SUS, a Carteirinha do INAMPS vai aos poucos deixando de ser necessária para que o trabalhador rural tenha atendimento médico, ocorre uma grande evasão de sócios e uma enorme inadimplência no pagamento das mensalidades gerando uma situação de crise e desânimo nos dirigentes sindicais.

*[...] no sindicato deve ter muito arquivado ainda, tinha uma carteirinha [...] que era o INAMPS, tinha que ser sindicalizado ou ser submetido a um patrão e um patrão assinar pra você, então aquilo ali era trem que filiou gente de carro no sindicato por causa daquilo, o sindicato em oitenta e nove, noventa por aí, devia ter umas duas três mil pessoas pagando em dia, tinha muita gente, aí em noventa acabou, criou o fundo, regulamentou né, porque esse fundo é da constituição, regulamentou o fundo em noventa como regulamentou a previdência social [...] aí em noventa acabou regulamentou o SUS [...] em noventa por aí quase todo mundo deixou de pagar que aí o cara pagava seis meses, é de final de oitenta e nove até meados de noventa, pode olhar pra você ver. Em noventa e um tinha cem sócios pagando aqui, era quase só o pessoal da diretoria, então aí o sindicato ficou ruim de perna mesmo.<sup>50</sup>*

Em 1991, os (as) dirigentes manifestam uma preocupação diante da percepção de que os trabalhadores confundiam o sindicato com a carteirinha do INAMPS, e afirmam que “em geral os trabalhadores não reconhecem o sindicato como instrumento de luta, mas como carteira do INAMPS”, o que evidenciava a necessidade de um trabalho efetivo de formação e mobilização fosse reorganizado.<sup>51</sup> No entanto, o cenário já não era o mesmo de anos atrás. Um ex-presidente do sindicato relata que:

*De 86 à 88 ficou com essa carteirinha cor de rosa e aí o sindicato dos trabalhadores rurais começou a fazer e levava lá no FUNRURAL, (...) chegávamos lá nós fazia ele (o responsável pela atividade no órgão) fazer, aquilo daquele jeito, porque ia um monte, ia umas 15, 20 pessoas, tudo que a gente ia fazer ia aquele bando de gente. Chegava lá ele não queria fazer, nós levava a lei ligava e tal, ele fazia, xingava bastante e tal mas ele fazia, nós fomos furando aquilo, chegou daí uns três anos tinha mais de umas mil carteirinhas daquela, e as pessoas do jeito que confundem hoje pagar o sindicato por causa de aposentar eles na época começaram a confundir em 90, até 90 porque isso foi em 86 à 90 já tinha 4 anos, toda semana nós fazíamos 60, 100, cento e*

---

<sup>49</sup> O termo consciência sindical, bastante utilizado por aqueles dirigentes sindicais que acompanharam todo o processo de formação do sindicato, aparece como um tipo de valorização e reconhecimento sobre o papel de representação política do sindicato. Aqueles que não possuíam consciência sindical consideravam o sindicato um local de acesso a um serviço ou como meio para se aposentar. Essa discussão está presente em todo esse capítulo e irá aparecer de modo mais detalhado nos relatos.

<sup>50</sup> Entrevista concedida por um ex-presidente do sindicato.

<sup>51</sup> SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MURIAÉ. Ata do Encontro da Diretoria do STR de Muriaé com a participação de várias lideranças comunitárias do município para avaliação e planejamento dos trabalhos do sindicato, realizado nos dias 02 e 03 de Março de 1991. Livro de Atas, p. 5.

*poucos, então isso expandiu de uma quantidade que as pessoas que pagavam sindicato muitos pagavam pensando que estavam pagando aquela carteirinha pra ter direito a saúde, você entendeu? Por isso que apareceu isso na ata. Eles confundia, e aí começou a incomodar a gente também porque nós queria que o pessoal tivesse consciência e não assistência, então aquilo ficava naquela conversa.*<sup>52</sup>

Enquanto a confusão entre consciência e assistência “ficava naquela conversa”, a manutenção financeira da organização sindical também demandava muitas atividades que cada vez mais canalizavam o tempo dos dirigentes sindicais. Devido à escassez de recurso, agravada em fins dos anos 80 e início dos anos 90, um desafio frequente no sindicato era manter uma cota de recebimento de mensalidades, além de registrar e regularizar novos sócios para torná-los aptos para, entre outras coisas, pagar o sindicato. A distribuição e o recolhimento das guias de contribuição, imposto e mensalidade sindical, eram então, outras atividades realizadas pelos membros da diretoria. Embora alguns funcionários houvessem sido contratados para ajudar nos trabalhos técnicos, muitas tarefas eram distribuídas entre os próprios membros da diretoria. Até mesmo os delegados de base, que tinham a função de fazer a interlocução entre as comunidades e o sindicato, tinham como principal tarefa arrecadar essas taxas e entregá-las aos sindicatos.<sup>53</sup>

De fato, a Diretoria, após a fundação do sindicato, se dividiu entre a realização dos trabalhos burocráticos e a formação e mobilização junto às comunidades. Então, cada vez mais nos registros das reuniões da diretoria era problematizada a questão da sobrecarga, e era evidente uma agenda cada vez mais diversificada e intensa onde as ações de mobilização perdiam cada vez mais espaço. A própria pauta que era definida adquiriu um caráter baseado em questões cotidianas relacionadas ao funcionamento da sede e a decisões de cunho administrativo diferente daquele do começo dos trabalhos. Os momentos de socializações dos trabalhos de base nas comunidades foram perdendo espaço e ao passar dos anos ficou cada vez mais difícil encontrar nas Atas os relatos de exploração, as análises sobre a situação do meio rural que eram muito comuns entre 1984 e 1987.

Junto a isso é possível perceber que cada vez mais aquelas pessoas que ficaram à frente do movimento passaram participar com regularidade em eventos de caráter local,

---

<sup>52</sup>Entrevista concedida por sócio-fundador e ex-presidente do sindicato.

<sup>53</sup> A função dos delegados de base era manter o elo entre o sindicato e as comunidades. Em sua maioria eram lideranças que possuíam formação nos movimentos de base. Podiam participar ou não da Diretoria Sindical. Segundo Medeiros (1989), a partir da década de 1980 com a insurgência do chamado Novo Movimento Sindical esses delegados ganharam importância no Sindicalismo Brasileiro e passaram a ser figuras essenciais no atesto a legitimidade dos Sindicatos.

regional e estadual ligados a CPT, a CUT, a FETAEMG, a CONTAG, ligados a própria dinâmica do movimento sindical.<sup>54</sup> Em fins dos anos 1980, o STR de Muriaé possuía uma interação com os demais sindicatos da região em parceria com os quais eram realizados diversos eventos de maior abrangência ligados principalmente a questão da produção e da comercialização. Todos esses sindicatos também se relacionavam com o Centro de Tecnologias Alternativas - CTA-ZM, organização não governamental situada no município de Viçosa, com os quais realizavam uma série de trabalhos relacionados à agricultura alternativa como plantios de campo de sementes nativas, experiências com horticultura, silvicultura, entre outros.

Embora todos esses envolvimento, eventos e atividades fossem importantes para a consolidação e a manutenção do Sindicato, o trabalho de mobilização junto às bases foi intensamente prejudicado.<sup>55</sup> Ao longo dos anos os membros da diretoria registraram nas atas várias observações sobre essa questão, construídas a partir de suas próprias percepções:

Passamos a avaliar os trabalhos do sindicato e os objetivos de conscientização. Então, mediante discussão, vimos que houve falta de sequência nas reuniões e alguns casos de não comparecimento, havendo assim, descrença por parte de muitos. O que não é bom. Notamos que as delegacias sindicais estão fracas. Propomos investir na formação de delegados de base o que sabemos ser prioridade no momento, pois as delegações de base são como um eixo do STR. Avaliamos a pouca participação que tem havido nas reuniões da diretoria, dificultando o encaminhamento dos trabalhos nas comunidades bem como no próprio escritório.<sup>56</sup>

No entanto, embora os efeitos negativos da queda na mobilização fossem percebidos, o que caracterizou a trajetória da organização foi uma crescente burocratização dos trabalhos e uma priorização das atividades de prestação de serviços. Por meio da análise das atas e dos relatos de algumas dirigentes fica evidente que o atendimento aos trabalhadores nas suas demandas práticas muitas vezes geravam legitimidade, mas não geravam uma valorização efetiva da organização enquanto instrumento de luta, ou a chamada consciência sindical, essa valorização aconteceu de

---

<sup>54</sup> Em 1988 o STR se filiou a CUT e a FETAEMG e passou a participar dos Congressos Estaduais e Nacionais. Na eleição para Diretoria do Sindical eram eleitos também os Delegados responsáveis por participar desses eventos ao longo de cada mandato. De acordo com os dirigentes sindicais que entrevistei, a relação do STR com a Federação e com a Confederação se baseou em aspectos formais, não havendo nenhuma interferência relevante dessas últimas no STR.

<sup>55</sup> Alguns trabalhos ligados ao CTA como o plantio do Campo de Sementes Nativas, realizado entre os anos de 1989 e 1994, conseguiam estabelecer laços entre dirigentes e trabalhadores, mas os demais se resumiam a eventos burocráticos e políticos desligados de uma interação com as bases.

<sup>56</sup> SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MURIAÉ. Ata da Reunião da Diretoria do dia 23 de Janeiro de 1988. Livro de Atas, p. 29.

forma muito intensa entre os trabalhadores ligados aos movimentos de base no início dos trabalhos sindicais, mas não se estendeu aos demais trabalhadores que se filiaram ao Sindicato após esse período inicial.<sup>57</sup> Diante disso, a filiação e a assiduidade no pagamento dos impostos sindicais variavam de acordo com as necessidades práticas e muitas vezes momentâneas dos trabalhadores. À medida que o sindicato não mais oferecesse determinado tipo de serviço ocorria evasão e falta de recursos, como foi o caso da carteirinha do INAMPS. Logo, as inúmeras tarefas que o sindicato realizava para prestação de determinados serviços pouco contribuía para a construção de uma consciência sindical, mas, gerava uma aproximação gerada pela necessidade de um serviço. Em contraposição, a sobrecarga causada impedia a realização de um trabalho de base efetivo.

Um caso que demonstra os efeitos da burocratização do sindicato ao longo dos anos é o caso da Escolinha Sindical. Essa experiência iniciada pelo sindicato em fins dos anos 1980 é lembrada e contada pela maioria dos entrevistados, e consiste em um projeto de construção de um espaço de discussões de diversos temas recorrentes da prática sindical que necessitavam de um aprofundamento. Esse espaço de formação envolveu dirigentes sindicais e trabalhadores e trabalhadoras de algumas comunidades. Nos relatos a escolinha aparece como um instrumento que nasceu de uma necessidade percebida pelo Sindicato de retomar a formação das lideranças num momento de crise de participação. Em 1989, quando ocorreram as primeiras escolinhas sindicais, o STR estava passando por uma crise devido ao afastamento de muitos sócios e também pela dificuldade de mobilizar os próprios membros da diretoria. Em algumas Atas é anotada a falta de quórum e o esvaziamento das reuniões. Nesse sentido a formação que se pretendia com a Escolinha é vista como um fator de motivação e conscientização das pessoas para a participação.<sup>58</sup>

*A escolinha foi um negócio que eu participei, ajudava inclusive... a gente dava informações, fazia discussões, às vezes tinha coisa que nem a gente dominava muito, você levava para os outros pra discutir, a escolinha ela não era um espaço de ensinar ela era mais um espaço de discutir de aprofundar um assunto, então, a escolinha eu acho que funcionava com umas quarenta pessoas direto, era um grupo que recebia aquela bagagem diversos assuntos e que lá na comunidade*

---

<sup>57</sup> Nesse trabalho, entende-se por prestação de serviços e demandas práticas ou atividades práticas aquelas solicitações dos trabalhadores de elaboração de documentos, organização de processos trabalhistas e previdenciários e todos os demais pedidos de atendimentos que são apresentados na sede do STR e não estão relacionados a ações de formação ou a uma reivindicação e uma interferência de âmbito mais amplo como Educação, luta pela terra, organização de grupos de produção ou grupos de jovens e de mulheres.

<sup>58</sup> Embora a proposta de fundar a escolinha Sindical tenha ocorrido em dezembro de 1988, com o levantamento de assuntos, as primeiras são realizadas em 1989.

*apresentava, esse grupo... então tinha gente que contribuía pra caramba lá na comunidade deles, ajudava.*<sup>59</sup>

Entretanto, embora a importância desse espaço seja ressaltada nos relatos dos entrevistados, nas atas registradas consta que muitas escolinhas sindicais se transformaram em reuniões de diretoria e, ao invés de debates e espaços de formação, ocorriam discussões sobre os problemas ligados à rotina sindical, à arrecadação, aos trabalhos na sede, ou seja, a pauta burocrática da diretoria invadiu a escolinha sindical. Em 1991, a diretoria decidiu que “na escolinha não trataremos mais dos temas específicos como antes, para então termos tempo suficiente para o encaminhamento dos problemas e planejamento dos trabalhos internos do STR que precisa ser melhor orientado.”<sup>60</sup> De alguma forma ela se transformou ao longo dos anos em mais um dos eventos que endossavam a agenda dos dirigentes e dos trabalhadores, à medida que perdeu seu caráter de formação e seu poder de mobilização e de sensibilização. Um dos dirigentes sindicais afirma o seguinte:

*Nós tentamos forçar a escolinha várias vezes, a ultima vez que nós tentamos foi em dois mil e três, em dois mil e quatro ainda deve ter algum relatório dela, aí ela passou a virar reunião da diretoria.*<sup>61</sup>

Com as assembleias do sindicato ocorreu um processo semelhante. Nos primeiros anos, as assembleias agregavam uma série de assuntos relacionados à conjuntura política, a problemas do cotidiano da vida rural e a questões como reforma agrária, educação no campo; e aos poucos elas adquiriram um caráter burocrático em que os principais temas tratados relacionava-se à prestação de contas do ano que se encerrava e a revisão orçamentária do ano seguinte.<sup>62</sup>

Da mesma forma, as manifestações realizadas nos primeiros anos se reduziram em anos seguintes. As manifestações do dia do trabalho deixaram de ser prática corrente, e o dia do trabalhador rural, comemorado todos os anos no dia 25 de Julho, passou a ser o principal evento realizado nas diversas comunidades, e apesar da sua importância possui um caráter festivo, diferentemente dos eventos que marcaram o período de formação do sindicato. Os eventos de manifestação que passaram a ser acompanhados são aqueles organizados pela FETAEMG ou pela CONTAG, entre eles o

---

<sup>59</sup> Entrevista concedida por um ex-funcionário do sindicato.

<sup>60</sup> SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MURIAÉ. Ata da Reunião da Diretoria do dia 16 de Março de 1991. Livro de Atas, p. 7.

<sup>61</sup> Entrevista concedida por um ex-presidente do sindicato.

<sup>62</sup> Ver SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MURIAÉ. Atas das Assembleias do STR de Muriaé. 1986 a 2006. Livro de Atas das Assembleias.

Grito da Terra Brasil e a Marcha das Margaridas.<sup>63</sup> Ao passo que esses eventos de protesto e manifestação foram diminuindo principalmente a nível municipal, houve uma relevante mudança na perspectiva do papel do sindicato enquanto um mobilizador de ações contra determinados agentes políticos ou contra uma determinada conjuntura política e econômica. Para alguns dirigentes e trabalhadores essa mudança foi percebida como uma diminuição na intensidade e na frequência de atuação do sindicato.

Essas mudanças no caráter desses eventos, tanto as assembleias, quanto os eventos e a escolinha sindical, repercutiram diretamente na relação do sindicato com os trabalhadores à medida que, aos poucos, implicaram numa mudança ou numa reorganização do próprio caráter da atuação sindical e na redefinição do seu papel pelos trabalhadores. Muitos daqueles que foram ouvidos apresentam uma percepção de que houve uma mudança na atuação do sindicato.

Nesse contexto os trabalhos de rotina da organização implicaram diretamente na construção de seu papel ao longo do tempo. Após o fim do dilema da Carteirinha do INAMPS, outras questões surgem a partir de novas frentes de trabalho assumidas pela organização. Quando, a partir de 1991, com a criação da Lei 8.213<sup>64</sup>, o sindicato passa a ser um mediador nos processos de garantia dos direitos previdenciários aos trabalhadores (as) rurais, aumenta a sobrecarga de trabalho e ocorre uma nova priorização de tempo e recurso nesse sentido. Essa mediação abarcava, e ainda abarca, as funções de informar os trabalhadores, contribuir na organização da documentação necessária para que tenha acesso aos direitos contidos na lei; e ao mesmo tempo intervir junto aos órgãos públicos para que cumprissem também eles o seu papel. Essa demanda incumbia tanto os funcionários quanto os dirigentes sindicais de uma série de serviços. Um deles era a emissão da declaração de atividade rural que legitimava a atividade rural e servia como um comprovante que condicionava o acesso do (a) trabalhador (a) rural aos direitos trabalhistas. Essa emissão se transformou num dos principais serviços prestados pelo sindicato e ao mesmo tempo num dos principais motivos que levavam os trabalhadores em geral a filiar-se no STR e a procurar a sede.

---

<sup>63</sup> O Grito da Terra Brasil é uma mobilização promovida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura e possui um caráter reivindicatório. O GTB é apoiado pelas federações nos estados e Distrito Federal, pelos sindicatos filiados. De acordo com a CONTAG, o Grito da Terra é o principal evento da agenda do movimento sindical do campo e por isso reúne milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais de todo o País em Brasília. Por sua vez, a Marcha das Margaridas é uma mobilização massiva de mulheres, organizadas no movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais, movimentos autônomos e organizações parceiras, tendo por objetivos políticos: a mobilização, a denúncia, a proposição, a formação e a negociação de questões ligadas às mulheres e ao mundo rural.

<sup>64</sup> A Lei N° 8.213 é de 24 de Julho de 1991 e dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social.

De acordo com Comerford, durante o desenvolvimento do seu trabalho de pesquisa na região realizado em fins da década de 1990, foi possível perceber que quando os trabalhadores (as) eram indagados (as) sobre o que buscavam na sede do Sindicato, a maioria respondia que iria para se aposentar ou buscar informações sobre como deveria proceder para conseguir se aposentar; ou para “conseguir” os direitos; ou até mesmo pagar o Inca. O autor cita que,

[...] às vezes o sócio vai ao sindicato na expectativa de que o sindicato efetivamente “resolva o problema”: funcionários e dirigentes contaram que é muito comum que as pessoas pensem que é o próprio sindicato que concede o benefício previdenciário (ou que o sindicato é a agência responsável por liberar ou não o benefício que é pago pelo governo). (COMERFORD, 2003, p. 296)

Essa percepção trazida por Comerford e contada a ele pelos dirigentes e funcionários mostra a importância que a mediação do sindicato em questões previdenciárias adquiriu junto aos trabalhadores, chegando a ponto de, muitas vezes, confundir o sindicato com uma agência previdenciária. Mesmo quando essa confusão, no sentido estrito do termo, não acontecia, era sempre o Sindicato, e não o Posto do INSS, o local procurado pelos sócios para organizar os documentos ou pedir orientação sobre os direitos previdenciários.

Junto ao trabalho de emissão das declarações de atividade rural e as atividades realizadas na sede relacionadas à previdência social, a partir desse período o STR iniciou uma série de mutirões de documentação que eram realizados nas comunidades e organizados pelos diretores, dirigentes e delegados de base. O objetivo desses mutirões era contribuir na regularização e organização dos documentos dos trabalhadores (as) tanto para o processo de legalização sindical quanto previdenciária. É interessante perceber nas atas do sindicato que os diretores se preocupavam em esclarecer que os mutirões não eram eventos assistencialistas, mas uma busca pelos direitos dos cidadãos.

Ao final das contas, a história do INAMPS se repetiu e, como consequência da priorização dada pelo sindicato para a previdência, os trabalhadores que antes confundiam o Sindicato com a carteirinha do INAMPS agora o confundem, com um posto de atendimento do INSS. Gradativamente e não involuntariamente, as questões administrativas e de prestação de serviços canalizaram o tempo do sindicato a medida que o investimento num trabalho de base efetivo e sistemático foi cada vez mais deixando de ser prática da organização. A partir de 1993, quando se intensificaram os trabalhos relacionados à previdência social no Sindicato, cresce também a intensidade e

a variedade de serviços prestados como homologações de contratos, declaração de ITR, recadastramento de CPF, emissão de cartão do produtor etc.

Essa confusão em relação ao papel do sindicato é ressaltada na fala tanto dos dirigentes quanto dos trabalhadores e é percebida como um desvio, um problema, como nos relatos que seguem feitos por uma trabalhadora rural e um dirigente do movimento sindical:

*[...] o pessoal tomou mais consciência parece que dos direitos né, sobre aposentadoria benefício, mas consciência mesmo do que é o sindicato eu acho que tá quase a mesma coisa. Porque o sindicato não é só pra isso, sindicato é uma ferramenta de luta né, pra chegar nesse lado, mas não é ele que... quer dizer você paga sindicato pra aposentar depois né, mas não é assim né. E eu acho que agora falta é isso pra, mais reunião nas comunidades, mais reunião de conscientização, o sindicato que, eles mesmo reconhece isso que eles envolveram muito ali, nesse lado, e não tá tendo tempo de fazer esse outro lado.<sup>65</sup>*

*Até hoje tem pessoa que filia ao sindicato pra aposentar, o dia que aposenta...[...] o aspecto negativo é o seguinte, primeiro que é uma coisa diferente, direito né, a carteirinha do INAMPS era um direito pra pessoa ter acesso a saúde, ela era uma ferramenta de fato né, um instrumento não é uma ferramenta, um meio, a aposentadoria por exemplo que as pessoas confundem né, estou comparando, a aposentadoria é um direito, a declaração de atividade é um meio pra chegar num direito, e o sindicato é a ferramenta pra fazer isso, e é o que acontecia na época, isso é muito negativo, o sindicato tem que fazer com que o direito venha e que a pessoa tenha acesso, que é o que aconteceu com o SUS, as pessoas teve acesso, aí deixou de participar do sindicato, então negativo isso daí tem um impacto muito ruim, muito ruim mesmo, e hoje mesmo um sindicato grande com uma qualidade igual tá hoje o de Muriaé, setenta ou oitenta por cento do povo que paga sindicato é pensando na aposentadoria, salário maternidade...<sup>66</sup>*

O fato das atividades burocráticas relacionadas à prestação de serviços terem adquirido cada vez mais relevância dentro do sindicato e, em proporção, o trabalho de base ter diminuído refletiu diretamente na definição do papel do sindicato e na forma como ele era percebido pelos trabalhadores. A percepção de que “a consciência do que é sindicato está quase a mesma coisa” representa que não houve um avanço na percepção do que é o sindicato ou que, pelo menos, não se pode dizer que os sócios concebiam o sindicato como um “instrumento de luta”, mas, ao contrário, concebem-no, na percepção das lideranças sindicais entrevistadas, como um meio para conseguir determinado serviço. Fica nítida, portanto a diferença ou o distanciamento que houve entre a concepção de sindicato trazida no bojo do seu processo de formação e a atuação

<sup>65</sup> Entrevista concedida por uma trabalhadora rural e ex-diretora do sindicato.

<sup>66</sup> Entrevista concedida por um ex-presidente do sindicato.

que foi construída ao longo de sua trajetória, caracterizando uma inversão do papel que aqueles trabalhadores que se envolveram com a fundação do sindicato pretendiam dar à organização.

Se nos primeiros anos esse papel estava relacionado à questão do reconhecimento político dos trabalhadores rurais e da luta por seus direitos, com o passar dos anos o papel desempenhado pelo Sindicato abrangeu mais a prestação de serviços e o cumprimento e a implementação da legislação. Passado o período de formação do sindicato e passadas as lutas pelas leis que na década de 1980 eram reivindicadas pelo movimento sindical, o sindicato se ocupou do papel de fazer chegar ao trabalhador essa legislação de modo a diminuir as atividades relacionadas à reivindicação de novos direitos ou até mesmo de dar prosseguimento a reivindicações ainda não atendidas.

A diminuição dos eventos de caráter mais reivindicatório bem como a sobreposição de atividades burocráticas em relação às atividades de formação, de reuniões técnicas sobre as reuniões de comunidades, são exemplos dessa inversão de papéis. Diante disso muitas bandeiras de luta que foram levantadas nos primeiros anos do movimento não tiveram lugar privilegiado na agenda do movimento sindical como Educação do Campo, Juventude Rural e Reforma Agrária.<sup>67</sup> Como consequência, houve um enfraquecimento das ações relacionadas a esses temas, percebido por meio da descaracterização da Escola Família Agrícola do município, que desde 1989 já dava sinais de diminuição nos trabalhos e possibilidade de fechamento, também a questão da posse da terra que se resumiu as primeiras denúncias do início da década de 1980, mas não foi pauta de nenhuma das reuniões da diretoria do sindicato até o período analisado, embora existam inúmeros casos de trabalhadores rurais sem acesso à terra filiados ao sindicato.<sup>68</sup>

Essa diminuição das ações de mobilização é percebida pelos trabalhadores e pelos dirigentes sindicais:

*Depois dessa época (final dos anos 80) ele parou de fazer trabalho de conscientização né, porque ele bem dizer entrou junto com a Boa Nova fazendo conscientização né, e aí ele parou [...] voltou pro lado da previdência, de aposentadoria. Pois é. Aí o funcionário que tá lá quase não dá conta de fazer o trabalho, que tem lá dentro e não sobra tempo pra sair para as comunidades pra fazer essas reuniões. Eu*

---

<sup>67</sup> A bandeira relacionada aos direitos das mulheres trabalhadoras rurais, só adquiriu destaque em fins da década de 90.

<sup>68</sup> Ver SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MURIAÉ. Ficha dos Sócios. 1986 a 2008.

*acho que teria que... não podia ter parado né? [...] aí acho que foi até a época que acabou a Boa Nova né, que desapareceu todo mundo.<sup>69</sup> Acho que tudo nesse mundo tem um tempo que dá uma parada né. O sindicato eu pra mim já tiveram muito mais atividades, assim... nós tivemos reuniões na porta do INPS, que as pessoas iam lá eram mal atendidas, fizemos reuniões lá, nós tivemos com muita gente participando, saímos da Barra ali demos volta lá na porta do INPS, então houve várias manifestações.<sup>70</sup>*

Ao mesmo tempo em que a diminuição do trabalho de base aparece como uma consequência da burocratização dos trabalhos sindicais é também percebida como uma causa dos problemas que há na concepção do sindicato pela maioria dos trabalhadores filiados. Essa relação inversa entre prestação de serviços e realização de trabalhos de base, ao mesmo tempo em que foi percebida pelos dirigentes sindicais membros da diretoria, foi também sentida pelos trabalhadores rurais, principalmente aqueles que se envolveram com as primeiras atividades de formação do sindicato e conheceram os anseios que permearam a busca pela constituição da organização. Para esses é clara a relação que há entre a ausência de atividades de formação e de manifestação e a queda nos trabalhos de mobilização com essa distorção/confusão que há com relação ao papel do sindicato principalmente no nível das comunidades. Na maioria dos relatos, ao final de uma análise sobre os anos de atuação do sindicato dos, há sempre alguns elementos relacionados a esse assunto que se repetem: a falta de atividades ou queda nas atividades junto às comunidades, a percepção distorcida que há sobre o papel do sindicato e a necessidade de se retomar um trabalho de base mais sistemático. Há também uma percepção de que devido a essa distorção os trabalhos do sindicato adquiriram um caráter assistencialista entre aqueles que não adquiriram uma consciência sindical.

De acordo com um dirigente sindical:

*[...] a maior parte dos trabalhadores eles tem o sindicato pra assistencialismo, pra aposentar, pra receber auxílio doença, auxílio maternidade, tem muita gente que fala assim eu vou fazer uma... vou filiar no sindicato lá, e aí você tem que explicar pra ele olha não o sindicato começou a aposentar e é uma luta de classe, de organização e a gente vai explicando isso, mas ainda mesmo nessa data que nós estamos hoje nós temos muita gente hoje que tem o sindicato só como ferramenta de assistencialismo, não pensa o sindicato como ferramenta de luta dos trabalhadores, de organização dos trabalhadores, mas pensa muito essa questão de assistencialismo: 'ah, se eu num preciso disso pra quê que eu vou acompanhar sindicato?'(...) e isso atrapalha, porque se as pessoas entender*

<sup>69</sup> Entrevista concedida por uma trabalhadora rural e ex-diretora do sindicato.

<sup>70</sup> Entrevista concedida por um trabalhador rural sócio-fundador e ex-diretor do sindicato.

*sindicato o que é realmente o sindicato as pessoas não pensavam dessa forma, eles aposentava continuava pagando o sindicato, porque é uma luta, ele aposentou, mas ele tem filho ele tem neto, é uma luta de classe, então o fato dele ter aposentado, não significa que ele precisa de abandonar o sindicato não, porque é uma luta de classe né, então as pessoas ainda confundem, agora eu acho que isso é consequência as vezes de falta de mais trabalho de base, mais trabalho de base pra esclarecer mais o trabalhador.*<sup>71</sup>

Portanto, todo esse processo de burocratização redefiniu o papel do sindicato, de modo inclusive a aproximá-lo de uma prática tão temida nos primeiros anos de trabalho: o assistencialismo. Desde o início era conhecida a tendência que havia na organização sindical em cair nesse tipo de *mal*. Já nas primeiras reuniões com os trabalhadores, como foi colocado no capítulo anterior, os mediadores que atuaram nos trabalhos iniciais de formação, principalmente ligados à CPT e à CUT chamavam a atenção para o assistencialismo enquanto uma contraproposta. Também os dirigentes sindicais nas reuniões de diretoria sempre registravam alguma frase sobre o assunto que em meio à dinâmica dos acontecimentos soava como uma lembrança de um perigo.

Nesse contexto, alguns aspectos podem ser elucidados em relação a características que permearam a trajetória das organizações sindicais no Brasil. O legalismo, a ação política baseada em aspectos legais, foi apontado pela literatura como característica da ação sindical no Brasil. Principalmente a partir do anos 60, com o Estatuto do Trabalhador Rural, os sindicatos se instituíram como organizações cuja atuação se dava dentro de parâmetros legais. De modo mais específico, alguns autores reforçam que não apenas agiam dentro da lei mais contribuíam para que a legislação como era definida e ancorada no Estado fosse de fato aplicada, para que o marco legal definido pelo Estado para o trabalho e as formas de vida no campo chegasse ao trabalhador, pouco contribuindo nesse período para que houvesse, pelo contrário, uma ação no sentido de garantir que o Estado, por meio de seu aparato jurídico reconhecesse a diversidade e complexidade das relações de trabalho e modos de vida no meio rural.

Nesse sentido, a forte atuação dos sindicatos na questão dos direitos era colocada pela literatura como característica de um processo de institucionalização e aparelhamento dos sindicatos. Fazer cumprir um direito foi em certa medida fazer chegar a presença do estado no meio rural (HOUTZAGER, 2004). Dentro desse papel e dessa estratégia de ação dos sindicatos significou que a legitimidade da representação política exercida a partir dessas organizações fosse questionada. De modo que uma das principais bandeiras do movimento que surgiu pela renovação do sindicalismo no Brasil

---

<sup>71</sup>Entrevista concedida por um trabalhador rural, sócio-fundador e ex-diretor do sindicato.

no final da década de 1970 tinha como reivindicação uma atuação sindical menos atrelada ao Estado e mais reivindicativa no sentido de buscar conquistar novos direitos e estabelecer novas formas de ação política diferentes daquelas orientadas a partir de velhos parâmetros. A negação do assistencialismo, enquanto forma de agir baseada na prestação de serviço e assistência ao trabalhador rural, aparece como o oposto de uma ação sindical autêntica que se pretendesse ancorada nas reais demandas e necessidades dos trabalhadores. Esse discurso, que orientou a formação de inúmeros sindicatos principalmente no meio rural nos anos 80 e pode ser facilmente percebido na fala dos trabalhadores, indicava a orientação, trazida no bojo do novo movimento sindical, de que os sindicatos assumem um papel político, de representação política em contraposição ao papel social atribuído a essas organizações pelo Estado desde a década de 1940 (MEDEIROS, 1997).

Ao analisar a trajetória do sindicato de Muriaé, algumas dessas questões aparecem de modo mais claro e nos permitem compreender de que modo foram vivenciadas pelos trabalhadores que se tornaram diretores sindicais e em que medida as ações no bojo dessa trajetória indicam as possibilidades de superação de um determinado padrão de ação sindical apontado como desviante e inadequado pela literatura em determinado momento da história.

A percepção de que o assistencialismo se tornou uma característica da ação sindical aponta em alguns sentidos. Primeiro, aparece como uma preocupação recorrente dos diretores sindicais ao longo dos anos, principalmente os anos iniciais. Segundo, a prestação de determinados serviços e o envolvimento com ações identificadas como assistencialistas, eram muitas vezes uma luta do sindicato enquanto luta pelo reconhecimento da categoria política e enquanto organização legítima de representação dessa categoria. Prestar um serviço, na fala dos diretores, significava fazer chegar ao trabalhador um direito que ao longo da história havia sido negado, em grande medida, porque não havia um instrumento que proporcionasse seu acesso. Emitir a carteirinha do INAMPS, validar a declaração de atividade rural, fazer mutirão de documentação eram ações que representavam ao mesmo tempo o cumprimento de um papel reconhecido como legítimo e identificado como contraditório e perigoso pelos diretores. Prestar um serviço incomoda à medida que passa a se tornar sinônimo da ação exercida por meio do sindicato, ou seja, à medida que o sindicato deixa de ser visto como instrumento de luta e perde a dimensão política de sua ação, ligada ao caráter de reivindicação e busca de novos direitos. Uma análise mais detida da trajetória da

organização permitiu identificar, entretanto, as implicações decorrentes da intensa dedicação dos diretores a prestação de serviços apesar de todos esses dilemas.

Outro aspecto diz respeito a relação entre o sindicato e outros agentes políticos. No contexto de surgimento do sindicato, uma questão muito presente nas discussões orientadas a partir do novo sindicalismo era o peleguismo. O sindicato pelego era aquele sindicato que fazia alianças com qualquer agente político visto como inimigo dos trabalhadores seja com o governo ou com o patrão. Nesse cenário a preocupação era o histórico de cooptação com o Estado que havia caracterizado a trajetória dos sindicatos, mas que isso, tal preocupação reforçava a importância do protagonismo e da autonomia dos trabalhadores rurais no processo de constituição da organização sindical. Ser pelego significava antes de tudo uma deformação no exercício da representação política dos trabalhadores rurais.

Quando instigados a fazer uma avaliação a respeito do peleguismo os diretores apresentam as seguintes análises:

*Olha, essa questão do pelego ela modernizou [risos] houve uma modernização dessa questão do pelego, porque o quê que a gente entendia naquele momento, a gente entendia e ficava bravo demais naquele momento, por exemplo, sindicato aliado a prefeitura e prefeitos, porque como o sindicato era movimento e o sindicato nos anos setenta, anos oitenta era movimento muito forte então o prefeito queria aliar ao sindicato, o prefeito era doido pra aliar ao sindicato porque nossa vai ter gente do lado dele então ficava doidinho pra isso né? [...] agora hoje nós temos muito pelego sim, hoje nós temos muito sindicato bastante pelego modernizado, às vezes foge um pouco da linha que era às vezes não foge cem por cento, mas às vezes foge um pouco da linha [...] Até fugir um pouco dessa ideologia um pouco do movimento sindical pra você ter um ganho maior até pros trabalhadores mesmo, as vezes isso aí é correto entendeu, mas naquele tempo não podia de jeito nenhum, e não podia não podia mesmo, era radical mesmo, aí se fosse era pelego mesmo, então era radical mesmo, agora hoje não, hoje as vezes se você mudar um pouco a ideologia, mudar um pouco os estudos, o jeito, que aí o prefeito lá não é o que a gente quer mas que as vezes vai ouvir mais a gente e beneficiar o trabalhador a gente tem que entender que isso é correto também, é da realidade do tempo de hoje né?<sup>72</sup>*

*[...] [o sindicato] do conceito de pelego de antigamente não conseguiu [fugir], inclusive hoje vamos dizer se fosse considerar o conceito daquela época tá rotulado, acho que todo movimento sindical tava rotulado, com algumas exceções né, o quê que era chamado, eu lembro daquelas discussões o quê que era pelego era quem tava do lado da situação, que era o lado do governo, esse era pelego, e não importava a ação que fizesse, combativo o autêntico a*

---

<sup>72</sup> Entrevista concedida por um dirigente sindical.

*palavra autêntico, era o nome que se usava, tinha que ser, era uma estrutura que tava ali pra defender o trabalhador a qualquer custo, qualquer custo mesmo, inclusive não obedecer a legislação imposta pelo sistema, entendeu? E era muito debatido, e sempre o movimento que era considerado autêntico né, puxado pela própria CPT, pela própria departamento de CUT, era dessa forma que se chamava, da década de 90 até a década de dois mil agora esse conceito de pelego acho que mudou bastante porque a partir do momento que, acho que, acho não todas as organizações autênticas da época elas passaram a ter, quero dizer assim pelo menos as que eu conheço, se você pegar a CUT ela virou isso, se você pega a CPT é a única entidade hoje que tá com maior dificuldade, mas a do Brasil, ela passou a fazer isso. O quê que é isso que eu falo? Ao invés de você ficar questionando a legislação você passou fazer parte, virou instrumento, vocês viraram instrumentos pra fazer com que a legislação chegue lá no objetivo, que é um pouco daquilo que nós estávamos falando da previdência né, então assim, do rotulo de pelego que você lembrou, hoje nós estaríamos pelegando a doidado aí, entendeu?*<sup>73</sup>

As interpretações dos diretores indicam as mudanças que ocorreram no cenário político e que influenciaram nas concepções sobre a ação sindical. As ações e relações que caracterizariam o sindicato como pelego se inserem em um novo contexto em que estas não são mais consideradas pelos dirigentes como negativas a legitimidade e autenticidade da organização. A mudança de postura e a modernização do conceito de pelego se colocam como necessidades percebidas por esses trabalhadores rurais dirigentes sindicais a partir da trajetória de organização sindical. Nos relatos, fica clara a ideia de que o estabelecimento de relações com governos locais e a atuação em serviços em colaboração com o Estado foram necessários para manter a organização.

A afirmação de que se a análise da ação sindical fosse feita tendo como parâmetro o conceito de peleguismo como ele foi concebido nos anos 80 hoje os dirigentes estariam *pelegando à doidado* remete ao reconhecimento de que houve um certo distanciamento entre as expectativas que permearam o processo de fundação da organização e as reais condições do exercício da ação sindical ao longo do tempo. Em outra fala de ex-presidente do sindicato essas mudanças e distanciamentos são reforçados,

*Essa questão de ter que organizar o sindicato como uma empresa(...) há uma necessidade cada vez maior de quem quiser continuar como uma instituição independente você ter que ser como uma empresa, e isso atrapalha porque você perde finalidade, você ter hoje uma estrutura igual a de Muriaé aí, com arrecadação de quase duzentos mil reais por ano, mas você ter que gastar ela quase todinha pra você fazer cartão de produtor. Quem tinha que fazer cartão de produtor? Não era um órgão governamental? Pra você ter que fazer PRONAF,*

---

<sup>73</sup> Entrevista concedida por um ex-presidente do sindicato.

*não é o Banco do Brasil que tá recebendo esse dinheiro pra ele, pra você atender previdência né. No meu raciocínio aqui eu penso que o direito tá lá e lá tem um agente da previdência que era pra atender as pessoas, mas vai lá pra ver se atende, então o sindicato teve que profissionalizar mesmo, profissionalizar mesmo, então nós viramos um escritório de contabilidade, viramos agência previdenciária, viramos agência de crédito com a questão do PRONAF, e sobrou muito pouco tempo, muito pouco infraestrutura, pra nós fazermos a parte de sensibilização do povo e pensar estratégia.<sup>74</sup>*

Na fala do dirigente, a *profissionalização* fruto da necessidade de organizar o sindicato enquanto uma *empresa* fez com que o mesmo perdesse sua finalidade e se transformasse em uma agência de atendimento e de serviços de responsabilidade do Estado. Na fala do ex-presidente, que atua da direção do sindicato a mais de quinze anos, essa inversão ocorre devido a necessidade do sindicato em ser independente. Ao longo dos anos, a dedicação à prestação de serviços proporcionou ao sindicato um aumento da arrecadação de recursos financeiros e foi o caminho para essa independência.

Nos relatos os diretores afirmam haver uma negligência do Estado, que ao não cumprir seu papel com o trabalhador impõe essa tarefa ao sindicato, que diante das inúmeras demandas precisou se adaptar. Essa adaptação, de acordo com o dirigente sindical é que burocratiza a organização e torna necessária a profissionalização no sindicato. Nos relatos, algumas citadas anteriormente, o sindicato aparece como o único instrumento dos trabalhadores para resolver diversas questões, principalmente àquelas relacionadas aos direitos trabalhistas e previdenciários. Nesse contexto, o papel assumido pelo sindicato está diretamente ligado ao vazio deixado pelos órgãos públicos em que o sindicato era sempre a organização procurada pelo trabalhador. Possuir independência significa ter condições de prestar ao trabalhador um serviço e promover o acesso a uma política que não seria possível fora do sindicato.

---

<sup>74</sup> Entrevista concedida por um ex-presidente do sindicato.

## CAPÍTULO 3

### Ação política: concepções e limites

A *ação política*, enquanto ação socialmente construída, deve ser analisada a partir de um conjunto de valores e normas partilhados entre os agentes nas relações sociais. Nesse sentido, para compreender a ação política exercida pelos trabalhadores rurais por meio do sindicato é preciso considerar os diferentes aspectos das relações sociais sob os quais essa ação se estabeleceu.

Para Max Weber (2002), a ação política é toda ação realizada no âmbito da luta política. A política é entendida como uma luta, a luta pelo controle e expropriação do poder político; ou pelo controle e expropriação daquele que expropria o poder político, o Estado. Portanto, a ação política está circunscrita à luta pelo controle do aparelho do Estado, dos governos, cargos, instrumentos que se encontram em determinado tempo e lugar como meios legítimos do Estado para controle do poder político. Nesse sentido, a ação política é a ação construída a partir da luta política que é a luta pelo poder. Para Weber, “[...] quem participa ativamente da política luta pelo poder, quer como um meio de servir a outros objetivos, ideais ou egoístas, quer como o ‘poder pelo poder’, ou seja, a fim de desfrutar a sensação de prestígio atribuída pelo poder.” (WEBER, 2002, p. 98)

Para Bourdieu (2008), a ação política é a ação dos agentes sobre o conhecimento do mundo social e só é possível pela existência desse conhecimento. Bourdieu afirma que “[...] esta ação tem como objetivo produzir e impor representações (mentais, verbais, gráficas ou teatrais) do mundo social, capazes de agir sobre esse mundo, agindo sobre as representações dos agentes a seu respeito.” (BOURDIEU, 2008, p. 117). A luta política é, portanto, a luta dos agentes pelo poder de impor as representações sobre o mundo social e organizar os agentes, por meio de grupos, conforme essas representações e com vistas a mantê-las. Desta forma, a luta política se organiza em torno de um poder simbólico.

Para Bourdieu, é no *campo político*, espaço com regras específicas, que, acontece a ação política propriamente dita, enquanto ação autorizada e delegada. O campo representa uma série de restrições e constrangimentos à ação política. Segundo o autor, nada é menos natural do que a entrada e a participação no campo político (BOURDIEU, 2007). A inserção no campo político implica na necessidade de compreensão dos constrangimentos e regras que determinam seu funcionamento. Para Bourdieu, até mesmo o simples ato de falar de política é algo que está relacionado à

uma série de aspectos sociais, econômicos e culturais da vida dos cidadãos, os quais incidem sobremaneira na pretensão do indivíduo para falar sobre política ou mesmo esboçar uma opinião a respeito de um acontecimento político. E, ainda, além da posição do indivíduo no espaço social, seu poder aquisitivo, nível de escolaridade, sexo, entre outros, é preciso considerar o sentimento de ser ou estar “autorizado e incentivado do ponto de vista social” para falar sobre política e participar da vida política (BOURDIEU, 2011, p. 382). Na política, mais do que competência técnica, os indivíduos precisariam possuir o que o autor chama de *competência social*, em outras palavras, em política mais do que a capacidade para escrever ou ler um discurso, o que influencia e determina a ação é o sentimento de autorização e reconhecimento sociais para agir politicamente.

Desse modo, a participação, ou não, na política é determinada por limitações características do campo político que dizem respeito, além de limites técnicos, a limites estatutários que representam uma série de constrangimentos socialmente construídos a partir de regras próprias a esse campo. Desse modo, há no campo político aqueles indivíduos autorizados à ação política, a quem Bourdieu chama de *mandatários*, são os representantes políticos, políticos profissionais, indivíduos que se dedicam a política. E há os *mandantes*, indivíduos que abrem mão de seu poder político em favor de um *mandatário* ou de um aparelho, na busca por ser representado politicamente enquanto pessoa ou enquanto grupo (BOURDIEU, 2007). Para o autor,

Quanto mais despossuídas são as pessoas, sobretudo culturalmente, mais elas se veem obrigadas e inclinadas a confiar em mandatários para ter voz política. De fato, os indivíduos em condição isolada, silenciosos, sem palavra, sem ter nem a capacidade nem o poder de se fazerem ouvir, de se fazerem entender, estão diante da alternativa de calar e de ser falados. (BOURDIEU, 2004, p. 192).

Weber (2002) já havia chamado a atenção para o fato que há na luta política diferentes formas de participação dos agentes os quais se dividem em *políticos ocasionais ou secundários*, aqueles que agem vaiando em um discurso, manifestando uma opinião sobre um fato político, ou seja, a maioria de nós quando realizamos uma ação politicamente orientada de modo corriqueiro; e os *políticos profissionais* que são aqueles que atuam com dedicação à política, que se dedicam a política e aos serviços políticos, que atuam na organização política. Diferente da ação política secundária, a

ação política profissional é a dedicação orientada pela busca da disposição sobre o controle do poder político como meio de dominação<sup>75</sup>.

O político profissional é aquele que, na luta política, consegue agir de modo a alterar ou influenciar a configuração da esfera política, seja assessorando senhores políticos, seja influenciando diretamente sobre a distribuição dos instrumentos de poder, como chefe de governo ou do partido. Weber indica os diversos modos, em diferentes épocas e lugares, como se forjaram os políticos profissionais, aqueles que puderam se dedicar a política como profissão, seja nos estamentos, na nobreza, entre os profissionais liberais, na burguesia. Uma condição, no entanto, é apontada como essencial à vivência da política como vocação: o provimento econômico do trabalho político.

O fator econômico é considerado como um fator essencial na distinção e manutenção dos políticos profissionais, aqueles que além de viver *para* a política, vivem também *da* política; fazem da política seu trabalho e, portanto, sua forma de prover seu sustento com recursos e meios econômicos necessários. A partir dessas considerações, o autor afirma que na disputa entre aqueles que aspiram viver *da* política se coloca como condição fundamental a possibilidade de fazer dela seu trabalho, de conseguir uma remuneração pelo seu serviço.

Nesse sentido, portanto, os autores propõem que há diversas limitações ao exercício da ação política. Essas limitações se apresentam enquanto aspectos econômicos, sociais e propriamente políticos, determinados pela luta política, pelo campo político, implicando constrangimentos ao exercício da ação política. A proposta desse estudo é realizar uma análise dessas limitações e suas implicações ao processo de organização política dos trabalhadores rurais em torno do sindicato. A constituição de uma estrutura formal de representação política se configura como um processo a partir do qual é possível compreender interpretativamente essas limitações e suas consequências para a disposição de poder no âmbito do sindicato.

---

<sup>75</sup> Para Weber (2002), os políticos profissionais surgiram em toda parte do mundo de modo diferente e atuaram como personagens essenciais a disposição da luta política agindo pelo funcionamento e controle da organização política e, desse modo, pelo controle dos instrumentos políticos de dominação. Surgiram como homens que prestavam serviços aos príncipes e atuavam como assessores das principais figuras políticas, os *senhores políticos*, nos mais diversos regimes políticos. É, no entanto, nos Estados Modernos que se estabeleceram no Ocidente que o político profissional irá encontrar sua forma mais peculiar agindo por meio, principalmente, dos partidos políticos.

## **Processos de organização política: delegação, representação e dominação**

Os processos de organização são reconhecidos como processos que implicam mudanças nas relações sociais. Dessa forma, o processo de constituição de uma estrutura formal de representação política traz inúmeras implicações à ação política dos agentes e nos ajudam a compreender os aspectos que incidem sobre essa ação. Portanto, os processos organizacionais que implicaram na criação de grupos e lideranças políticas são um importante foco de análise. Parte-se do pressuposto, com base na teoria apresentada, que a formação da diretoria e a crescente atribuição de funções de liderança implicaram em mudanças nas relações sociais estabelecidas a partir da trajetória da organização sindical ao longo do tempo.

Em sua análise sobre a racionalização da ação social e sobre o conceito de associação, Weber (2009) chama atenção para importância da constituição dos quadros administrativos. Uma associação configura-se como o espaço no qual existe um corpo de agentes dispostos a agir pelo controle da ação dos demais agentes, ou na disposição e no cumprimento de normas comuns<sup>76</sup>. A constituição ou a formação do quadro administrativo é importante à medida que institui mudanças na orientação nas relações sociais e, conseqüentemente, no modo de ação dos agentes. Sua constituição representa para as relações sociais a existência de um controle formal sobre a ação dos indivíduos.

Além disso, para Weber, o que caracteriza de fato a constituição de uma associação, é a “[...] probabilidade efetiva de haver submissão ao poder impositivo do governo existente, segundo medida, modo e condições.” (WEBER, 2009, p. 31). Portanto, a formação do quadro administrativo e a conseqüente probabilidade de haver as condições para imposição de seu poder são, para o autor, processos essenciais à caracterização e constituição dos grupos sociais a partir dos quais irá se configurar o que o autor chama de “ação da associação”. A ação da associação é, por excelência, a ação do quadro administrativo, que age e fala em nome da associação, ou seja, é ação de um grupo específico reconhecida como ação do todo de agentes que fazem parte do grupo maior, a associação. Nesse sentido, o quadro administrativo detém da associação o poder de agir em seu nome.

Em grande medida, a constituição e consolidação dos quadros administrativos, que aqui podem ser entendidos como grupos de agentes com poder diferenciado dentro

---

<sup>76</sup> Na teoria da ação social de Weber (2009), a associação é um termo abrangente que pode significar um grupo formal de pessoas cuja ação se orienta de forma recíproca, marcada pela presença de um quadro administrativo cuja função é fazer cumprir normas partilhadas. Nesse sentido, podemos considerar como associação, para fins de análise uma associação, cooperativa ou sindicato.

das organizações, se configuram como processos que ilustram a luta política pelo estabelecimento da dominação nas relações sociais. Para Weber, as mudanças no quadro administrativo têm enorme importância na medida em que os agentes de um grupo de direção, para manter sua dominação, buscarão, quase sempre ou sempre, meios legítimos de prover sua continuidade. A rotinização do carisma, segundo o autor, é um processo de mudança caracterizado pela busca dos agentes envolvidos em uma relação de dominação carismática, característica de grupos políticos de iniciação, em garantir meios tradicionais ou racionais de manter sua dominação, sua posição diferenciada no espaço de distribuição de poder (WEBER, 2009).

Nesse mesmo sentido, em sua teoria sobre *representação política*, Bourdieu (2007) atribui grande importância ao processo de constituição dos grupos. Para o autor, a organização de um grupo formal é a essência do processo de delegação política. Segundo o mesmo:

A delegação é o ato pelo qual um grupo se constitui, dotando-se desse conjunto de coisas que constitui o grupo, isto é, uma sede e militante profissionais, um *bureau* em todos os sentidos do termo, e primeiro no sentido de modo de organização, com marca sigla, assinatura, delegação de assinatura, carimbo oficial, etc. O grupo existe a partir do momento que se dotou de um modo de organização permanente de representação dotado de *plena potentia agendi* e de *sigillum authenticum*, logo, capaz de substituir (“falar por” significa “falar no lugar de”) o grupo serial feito de indivíduos separados e isolados, em constante renovação que só podem agir e falar por si mesmos. (BOURDIEU, 2004, p.190)

Para Bourdieu (2004; 2007), a necessidade de delegação configura-se como uma das consequências dos limites e constrangimentos característicos do campo político, cuja estrutura de representação está condicionada à existência de grupos e indivíduos autorizados a falar, reconhecidos para falar no lugar de outros. Desse modo, a organização de um grupo e a consequente escolha de representantes marcam um processo contraditório da vida política.

Há uma espécie de antinomia inerente ao político que se deve ao fato de os indivíduos só poderem se constituir (ou ser constituídos) enquanto grupo, vale dizer, enquanto força capaz de se fazer entender, de falar e de ser ouvida, na medida em que se despossuírem em proveito de um porta-voz. E isso tanto mais quanto mais despossuídos forem eles. (BOURDIEU, 2004, p. 189)

Para o autor, é a partir dos atos de delegação que se inicia uma concentração de poder em um pequeno grupo de representantes que vivem da política e para a política,

os *políticos profissionais*<sup>77</sup>. A concentração de poder num pequeno grupo é uma característica importante do campo político porque introduz uma verdadeira *divisão do trabalho político* entre indivíduos politicamente ativos e politicamente passivos (BOURDIEU, 2007).

A análise do processo de formação de uma organização política, ou da constituição de grupos políticos é importante, portanto, para compreender de que modo se estabelecem e se legitimam os parâmetros para o exercício da ação política. A ação política exercida a partir de organizações, como os sindicatos, pressupõe a conformação de formas específicas de disposição do poder que colocam os agentes em posições diferenciadas nesses espaços. A construção de uma ação sindical está, portanto, sujeita a uma série de constrangimentos próprios do campo político o qual, de acordo com Bourdieu, funciona como um sistema de desvios à medida que as condições de acesso e permanência no campo impõem uma série de limitações à ação política, entre as quais está a necessidade de delegação e a consequente concentração de poder em determinados grupos e indivíduos.

### **Os limites e contradições dos processos de organização política**

Diante das questões relacionadas à burocratização e a prestação de inúmeros serviços que permearam a trajetória do sindicato torna-se relevante analisar os mecanismos de decisão que permearam a organização e suas implicações na participação e representação política desses trabalhadores. Logo nos primeiros anos da organização puderam ser percebidas algumas dificuldades que se caracterizariam como entraves aos ideais e princípios democráticos partilhados pelos trabalhadores rurais que se envolveram no processo de fundação e luta pelo reconhecimento do sindicato. Junto às demandas e expectativas apresentadas à organização, as limitações enfrentadas para atendê-las levaram a inúmeros questionamentos e inquietações sobre o papel da organização sindical. Outras limitações, relacionados a ação política exercida no âmbito da organização, também foram determinantes ao longo dos anos.

Nos primeiros encontros que ocorreram para discussão da proposta de fundar o sindicato foi formada uma “comissão para agilizar o movimento sindical”, que mais tarde se transformou em uma “comissão provisória diretora” até a efetiva formação de uma diretoria, após a regularização da organização junto ao Ministério do Trabalho. A

---

<sup>77</sup> O significado do conceito de políticos profissionais em Bourdieu (2004; 2007) é semelhante ao conceito em Weber (2009) cuja definição já foi apresentada.

participação nesses espaços era consequência da representação de uma comunidade de base cujas lideranças, além de contribuir com o processo de fundação e reconhecimento do sindicato, também compuseram os quadros sociais da organização em seus anos iniciais.

As atividades iniciais do sindicato implicaram em uma definição e uma organização dos papéis dos trabalhadores que compuseram a diretoria. Nos primeiros anos as inúmeras tarefas induziram a diretoria a pensar uma forma de revezamento para o atendimento na sede, de modo que o mesmo ocorresse entre os próprios diretores, conforme consta em ata:

“A diretoria provisória debateu que para o trabalho no STR de Muriaé se tornar possível, há uma necessidade que um membro da diretoria fique em trabalho diariamente na sede do sindicato, além da secretária interna. Todos reconheceram essa necessidade, e como todos tem seus trabalhos, ficou estabelecido que ora um ficaria, ora outro, dando assim, oportunidade dos membros ficar conhecendo o movimento sindical e introduzir melhor os assuntos.”<sup>78</sup>

Na estratégia pensada, além da preocupação com a realização das atividades da organização, a sede é percebida como espaço de formação dos trabalhadores que assumiam a função de diretores sindicais e deveriam *conhecer o movimento e introduzir melhor os assuntos*. A análise das atas permite perceber que, no entanto, alguns problemas foram entrave a essa forma de organização dos trabalhos. Muitos dirigentes reclamavam da falta de informação para atender a intensa e diversificada demanda, principalmente com relação a informações sobre leis e direitos trabalhistas e previdenciários. Essa dificuldade passou a ser vivida por muitos não só na sede, mas também no trabalho com as comunidades, nos quais eram apresentadas diversas questões e pedidos de orientações aos dirigentes. Nas atas há relatos de que aqueles diretores que possuíam mais dificuldades passaram a sugerir que ficasse um membro da diretoria constantemente na sede, mas nos primeiros meses essa proposta não foi aprovada devido a argumentação, citada no trecho acima, de que todos deveriam se apropriar dos assuntos do sindicato e, para isso, deveriam sempre frequentar a sede.

Os relatos demonstram que essa dinâmica não se efetivou e muitos trabalhadores rurais que se tornaram membros da diretoria não puderam manter a regularidade de presença e participação dos primeiros meses. Se, inicialmente, o rodízio era proposto

---

<sup>78</sup> SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MURIAÉ. Ata da Reunião da Diretoria do dia 19 de Janeiro de 1986. Livro de Atas, p. 1.

para todos os diretores aos poucos essa abrangência vai diminuindo e consta, mais tarde, a solicitação de que pelo menos três vezes por semana os membros deveriam se revezar, passando depois para uma vez por semana e, um pouco adiante, em 1989, consta um apelo de que pelo menos uma vez por mês, ou de vez em quando, os membros da diretoria apareçam na sede do sindicato.<sup>79</sup> O ex-presidente do sindicato que cumpriu seu mandato nesse período faz a seguinte análise:

*Não deu certo não (essa dinâmica). Porque tinha que ler um pouco e nós tínhamos temperamentos muito diferentes né, então, por exemplo, o seu Alípio você vai conhecer ele, ele é uma pessoa todo ohohohoh, era todo devagar, ele não sabia ler, então assim, aí chegava aqueles fazendeiro e impunham tudo e quebrava o pau, então o funcionário ficava ali, ficava numa mesa de sinuca muito complicada, então esse foi, não foi uma dinâmica que deu certo, isso foi uns três, quatro anos experimentado os rodízios (...) Porque tem que apanhar um pouco de tato, e aí também começou a dar muito problemas no nosso serviço rural né, porque nem ficava lá nem cá então, isso atrapalhou tudo a nossa produção.<sup>80</sup>*

No relato são apontadas algumas dificuldades vivenciadas pelos diretores para manter uma presença regular na sede do sindicato. Primeiro, a questão do baixo nível de escolaridade que impedia a realização de algumas tarefas. Segundo, de acordo com o ex-presidente, a “diferença de temperamento” era um complicador para o trabalho, nesse caso, aquela pessoa de temperamento mais “ohohoho” acabava não dando conta de realizar um enfrentamento ou fazer uma imposição que muitas vezes era necessária.

Outro aspecto é a questão financeira, devido à falta de recursos da organização, o que fez com que a maioria dos trabalhos dos primeiros diretores tivesse caráter voluntário, muitos daqueles diretores que possuíam família e viviam da agricultura tiveram dificuldades em acompanhar a intensa agenda de reuniões e atendimentos na sede, uma vez que além dos gastos gerados pela participação, a produção, que era a principal fonte de renda, ficava abandonada devido às frequentes ausências. É interessante perceber que embora as dificuldades financeiras não tenham sido um impedimento a participação no período inicial, ao longo dos anos e diante da frequência das atividades ela se tornou um fator limitante.

Os trabalhos realizados na sede do sindicato exigiam uma especialização e uma formação específicas diferente daquela que muitos trabalhadores possuíam quando

---

<sup>79</sup> SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MURIAÉ. Ata da Reunião da Diretoria do dia 08 de Abril de 1989. Livro de Atas, p. 40.

<sup>80</sup> Entrevista concedida por um ex-presidente do sindicato.

começaram a participar do movimento sindical. Além da tarefa de mobilizar e sensibilizar os demais trabalhadores sobre a importância do sindicato, o processo de reconhecimento demandou também o exercício de funções específicas que exigiram habilidades mais especializadas. Essas tarefas, que se intensificaram ao longo dos anos, implicaram aos poucos num processo de seleção de lideranças. O fato de ter que lidar com questões relacionadas à lei, com documentos promoveram uma diferenciação entre os diretores sindicais. Essa diferenciação distinguiu aqueles que possuíam mais habilidades no conhecimento dos documentos e no trato dos problemas que apareciam na sede. Muitos trabalhadores rurais possuíam dificuldades em desenvolver algumas tarefas o que dificultava seu envolvimento na sede do sindicato que se tornou um local de convergência de inúmeros problemas e serviços. Tudo isso gerou uma reorganização na divisão do trabalho no sindicato, fazendo com que alguns se dedicassem aos trabalhos de mobilização nas comunidades enquanto outros cada vez mais se envolvessem com as questões burocráticas da sede.

Junto a essa diferenciação de funções, outro processo que foi possível perceber a partir da análise das atas foi o acúmulo de trabalho e informações sobre a figura do presidente abordado de maneira constante nas reuniões da diretoria. É o presidente quem detém e repassa o maior número de informações, quem fala da situação financeira, quem avisa dos encontros nas comunidades e dos eventos mais abrangente na região, no Estado ou no país. Além disso, o presidente é quem acompanha a maior parte dos trabalhos na sede, principalmente aqueles relacionados a questões trabalhistas. É ele quem na maioria das vezes intermedia as negociações entre patrão e o empregado sendo tão ou mais importante que a figura do advogado. Esse acúmulo de tarefas e funções é percebido e relatado em ata pela diretoria da seguinte forma:

Passamos a conversar sobre a questão da divisão de trabalho para cada um da diretoria segundo suas possibilidades, temos sentido o quanto pesa sobre alguns poucos determinados trabalhos o que sabemos não ser bom e poderá acarretar problemas futuramente.<sup>81</sup>

A percepção dos dirigentes quanto ao fato de determinados trabalhos recaírem sobre poucos remete aos perigos dessa concentração de tarefas e informações para a organização sindical. Deste modo, a impossibilidade de alguns em exercer determinadas tarefas e o aumento gradativo das mesmas, geraram limitações aos dirigentes sindicais. À medida que a organização passou a atuar na prestação de inúmeros serviços aqueles

---

<sup>81</sup> SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MURIAÉ. Ata da Reunião da Diretoria do dia 13 de Dezembro de 1987. Livro de Atas, p. 27.

que se envolveram diretamente nesses trabalhos precisaram se adaptar a nova dinâmica de atuação. Logo a figura do presidente, de alguns diretores e dos funcionários, ou seja, daqueles que possuíam conhecimentos e capacidades para exercer determinados tipos de tarefas foram cada vez mais ocupando espaço na organização e se tornando indispensáveis ao seu funcionamento.

Michels (1982) em sua análise sobre o desenvolvimento dos partidos políticos trata dos aspectos relacionados a especialização de funções que ocorre de forma gradativa nessas organizações bem como em outras organizações de representação política, como os sindicatos. O autor afirma que “nos partidos políticos modernos reclama-se para os chefes uma espécie de consagração oficial e insiste-se na necessidade de se formar uma classe de políticos profissionais, de técnicos da política testados e experimentados” (MICHELS, 1982, p. 19). Junto a isso destaca que “a organização tem o efeito de dividir todo partido ou sindicato profissional em uma minoria dirigente e uma maioria dirigida” (MICHELS, 1982, p. 21). Michels atribui ao processo de organização formal dos partidos importante relevância para compreensão do modo como um grupo pequeno de indivíduos se diferencia aos poucos da base social de modo a restringir cada vez mais seu acesso aos instrumentos de controle da organização.

O crescimento da organização tem por efeito tornar mais difícil e mais complicada a tarefa da administração: suas obrigações aumentam e se especializam a ponto de se tornar impossível percebê-las numa visão de conjunto [...] na realidade, à medida que a organização cresce, o direito de controle reconhecido à massa torna-se cada vez mais ilusório. (MICHELS, 1982, p. 22)

A esse respeito, um dos presidentes do sindicato afirma que,

*Esse é um problema, por isso que as definições de estratégias políticas tem que ficar muito clara porque as decisões pontuais não tem jeito de ser tudo coletivo. Imagina você tiver que, um problema que aparece lá você tiver que esperar um fórum desses aí pra você decidir o que você vai fazer. Tem jeito? Então é a mesma coisa o sindicato ele é colocado, o diretor do sindicato ativo, ele é colocado todo momento a tomar decisões, ele tem que ter uma linha clara e ele compreender aquilo pra não tomar contra ali, o que eu acho que é o grande problema hoje. Quem está nessas diretorias não tem muito claro o papel que ele tem que exercer.<sup>82</sup>*

Outro presidente também reitera dizendo que,

---

<sup>82</sup> Entrevista concedida por um ex-presidente do sindicato.

*Hoje, nós não temos formação de liderança, já entrou muitas pessoas novas que entraram nesse mandato, mas são pessoas que não teve uma formação e muito das vezes eles conseguem participar da reunião, mas eles não conseguem daqui pra fora fazer o trabalho do sindicato, até nas comunidades. Tem diretores do sindicato que não conseguem marcar uma reunião do sindicato lá na comunidade dele. não sei se a gente pode culpar as pessoas, ou se a culpa é da gente mesmo, porque muito da vezes a gente toma frente, ou muito das vezes a gente não dá oportunidade pra pessoa, a gente não forma um diretor pra que ele possa realmente saber qual é o papel dele na direção, muitas vezes eles acham que o papel deles é vir participar da reunião e receber o dia dele e ir embora, não to dizendo que isso é só por culpa dele, é culpa nossa também da direção.<sup>83</sup>*

Nos relatos fica claro que há percepção dos presidentes de que os próprios diretores sindicais não possuem formação e não conseguem exercer com clareza o papel que caberia a eles. Essa percepção informa que aqueles que de fato detém o conhecimento e o controle da direção da organização se configuram como um grupo ainda menor dentro daquele formalmente instituído para gerir a organização. Nesse sentido, a ação sindical esteve circunscrita a esse pequeno grupo que ao longo dos anos acabou *tomando frente* e dando poucas oportunidades para as outras pessoas, como afirma o presidente na sua fala.

Para Michels, a *profissionalização* dos dirigentes é um marco do comprometimento do exercício do papel democrático nas organizações. Nas palavras do autor, “a primeira eclosão de uma direção profissional marca para a democracia o começo do fim” (MICHELS, 1982, p. 123). De acordo com o autor, à medida que algumas pessoas se tornam essenciais há um gradativo afastamento daqueles que são a razão de existência da organização, os sindicalizados.

No caso do sindicato estudado esse distanciamento se intensificou à medida que os investimento em formação tanto política quanto técnica foram direcionados principalmente para os funcionários e dirigentes sindicais, enquanto o que marcou a formação das bases foi a descontinuidade. A Escolinha Sindical, um dos instrumentos criados para formação dos trabalhadores, embora houvesse funcionado um tempo, foi interrompida, deixando um vazio na formação das demais lideranças que não participavam da diretoria. Essa dinâmica, que determinou um acesso limitado à informação e formação, alimentou uma relação de dependência da maioria dos trabalhadores para com os dirigentes sindicais que eram quem detinha a maioria da formação e da informação.

---

<sup>83</sup> Entrevista concedida pelo presidente do sindicato.

Do mesmo modo, a participação nos encontros do movimento sindical em nível estadual e nacional e o envolvimento em questões políticas mais amplas contribuíram para uma especialização dos dirigentes. A esse respeito, Comerford (2003) chama a atenção para o fato de que a familiaridade com os procedimentos burocráticos, com a linguagem escrita do governo (documentos, formulários, planilhas, petições, processos, atas, cartas, regimentos, portarias, etc.), com a retórica formal, com os procedimentos práticos do mundo do Estado e dos sindicatos e com as categorias da grande política são os principais elementos que diferenciam os dirigentes sindicais do conjunto da base sindical, mais que a escolaridade formal ou a alfabetização (COMERFORD, 2003, p. 314). No caso do STR de Muriaé, essa diferenciação se tornou problemática à medida que se aplicou quase sempre as mesmas pessoas e não se baseou numa rotatividade e numa interação regular entre os dirigentes sindicais e os demais trabalhadores vinculados à organização.

O problema da profissionalização dos dirigentes se intensificou a partir da ausência de mecanismos regulares e efetivos de comunicação com as bases causada principalmente pela intensa dedicação às atividades burocráticas, pelo reduzido número de diretores e pela falta de recursos financeiros. Apesar de toda informação e formação que era direcionada aos dirigentes sindicais e de todo aprendizado trazido com o trabalho na sede, essa formação e esse aprendizado pouco chegava aos trabalhadores nas comunidades. Nas atas das reuniões da diretoria muitas vezes há menção de “ida às bases”, de reuniões nas comunidades, mas em grande parte das vezes, com o passar dos anos, o caráter dessas reuniões esteve ligado não à continuidade de um processo de formação, como nos primeiros anos de trabalho, mas consistiu muitas vezes em manter um número de filiados ao sindicato e o cumprimento das obrigações financeiras, em especial o pagamento das mensalidades. Quando a previdência social passou a ser trabalhada por meio do sindicato, o principal motivo da presença dos diretores nas bases foi a realização dos mutirões de documentação e de recadastramento e filiação dos trabalhadores.

Outro aspecto da relação entre os dirigentes e os trabalhadores que deve ser ressaltado diz respeito aos principais locais de atuação do sindicato. Analisando as atas das reuniões é possível perceber que aquelas comunidades representadas na diretoria eram privilegiadas nessa relação. As comunidades que recebiam mais visitas e estavam envolvidas com um maior número de ações do sindicato eram aquelas as quais pertenciam esses dirigentes. Os dirigentes relatam que havia uma dificuldade para desenvolver trabalhos em algumas comunidades onde não havia um trabalho de base da

Igreja Católica e algumas pessoas que eram “contra” o sindicato “barravam” seu trabalho nas comunidades.

Desse modo, houve uma concentração dos trabalhos sindicais em algumas comunidades, com é apontado pelos próprios dirigentes:

Em Barão do Monte Alto, o sindicato está com pouco trabalho de conscientização com os sindicalizados (...) No Pontão falta trabalho de conscientização e os trabalhadores continuam pensando que o sindicato é o INPS. Em Limeira estão fracos os trabalhos parecidos água com açúcar tentando organizar o conselho. São Fernando praticamente abandonado os trabalhos. São João do Glória os trabalhos estão acumulando. Em Macuco o Nilson está acompanhando com reuniões. Vimos o enorme quadro a ser trabalhado e poucas lideranças.<sup>84</sup>

A diferença na intensidade da atuação nas comunidades de acordo com os dirigentes sindicais, também está relacionada à falta de lideranças<sup>85</sup> gerando um acúmulo de trabalho em uma comunidade apesar da existência de diversos problemas nas demais, como outras comunidades rurais ou as próprias periferias da cidade, onde havia um grande número de trabalhadores rurais assalariados filiados, cuja interação com o sindicato ficava resumida às visitas à sede, com pouca participação nos eventos ou reuniões com os dirigentes.

Junto à diminuição do trabalho de base ao longo dos anos, “ir as bases” não significou manter com elas um processo contínuo e efetivo de interação e não significou principalmente ouvir os trabalhadores. Os próprios dirigentes sindicais afirmam que,

*Eu sempre fui diretor do sindicato, sempre fiquei nas bases, eu nunca fiz nada remunerado pelo sindicato, sempre fiquei nas bases, e teve assim, teve alguns momento de direção que assim as coisas parece meio assim superficial com relação aos trabalhadores, poucos trabalhos de base, sem ouvir muito o trabalhador. Nos primeiros momentos do sindicato os trabalhadores foram muito ouvidos, mas teve alguns momentos aí no meio que o trabalhador deixou de ser um pouco de ser ouvido, teve um momento de crescimento do movimento sindical que o trabalhador não foi muito ouvido, alguns setores pensou que já tinha resolvido o problema do trabalhador né.*<sup>86</sup>

---

<sup>84</sup> SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MURIAÉ. Ata da Reunião da Diretoria do dia 24 de Junho de 1989. Livro de Atas, p. 41-Verso.

<sup>85</sup> A comunidade São João do Glória onde é diagnosticado um acúmulo de trabalho, é a comunidade a qual pertence a Secretária da Diretoria Sindical e diversos delegados de bases ligados ao STR.

<sup>86</sup> Entrevista concedida por diretor sindical.

Esse momento de crescimento identificado na fala diz respeito ao período caracterizado por um crescimento econômico do sindicato, que compreendeu a segunda metade dos anos 90, vinculado aos serviços prestados relacionados à questão previdenciária. Esse período de crescimento econômico que o trabalhador não foi ouvido diz respeito ao período em que houve um significativo aumento da prestação de serviços no sindicato.

Em meio às diversas limitações que levaram ao diagnóstico de um afastamento dos trabalhadores, alguns critérios que orientaram a participação política não favoreceram a aproximação de um maior número de trabalhadores ao sindicato. Em toda a trajetória do sindicato todas as eleições foram compostas por chapas únicas, não houve um enfrentamento político de dirigentes sindicais que acarretasse uma disputa eleitoral entre duas chapas na organização, o que dotava as eleições de um caráter quase que consultivo, em que os trabalhadores referendavam a chapa única, formada pela diretoria com algumas indicações das comunidades. Os critérios eram, na maioria das vezes, a atuação do membro no sindicato, esse critério significou, ao longo do tempo, que poucas pessoas que estavam fora daquele círculo, formado inicialmente nas CEB's e envolvido nos trabalhos do sindicato, conseguiram fazer parte do seu quadro social e um círculo pequeno de pessoas se encaixava nos critérios para compor a diretoria.

Entre os anos de 1989 e 2000, um dos critérios mencionados nas atas para formação da chapa para eleição era a participação na Escolinha. No entanto, como exposto no capítulo anterior, a Escolinha Sindical ao longo do tempo se tornou um espaço semelhante a uma reunião de diretoria e era sempre frequentada pelas mesmas pessoas. No que diz respeito ao direito de voto, de acordo com o estatuto, esse só era dado àqueles que estavam em dia com a mensalidade, a contribuição e o imposto sindical, os demais estavam excluídos do processo eleitoral. A partir de 1992, esse critério se estendeu a priorização dos trabalhos do sindicato e ao atendimento na sede. A partir desse ano quando o acúmulo de atividades da organização se intensificou devido aos diversos serviços que passaram a ser prestados, os dirigentes sindicais decidem que para a realização de trabalhos e o atendimento aos sócios, o sindicato priorizaria as comunidades cuja maioria dos membros estivessem em dia com os impostos sindicais.

Ao longo dos anos, as limitações e os critérios que permearam a atuação sindical proporcionaram a consolidação de um grupo de dirigentes sindicais profissionais que se especializou a partir do exercício das funções burocráticas dentro da organização e que adquiriu um domínio técnico de saberes e informações essenciais ao bom andamento dos trabalhos. Esse pequeno grupo de dirigentes sindicais manteve ao longo dos anos o

controle dos mecanismos decisórios. O processo de diferenciação entre dirigentes sindicais e demais trabalhadores e a falta de mecanismos regulares de informação e formação, e os critérios que limitaram a inserção política de alguns trabalhadores tornaram problemático o exercício da representação política à medida que limitou o acesso e a atuação do sindicato.

A estrutura de funcionamento que se consolidou no sindicato ao longo dos anos baseou-se demasiadamente na prestação de serviços. Essa percepção aparece nos relatos dos entrevistados:

*(...) a estrutura (financeira do sindicato) hoje ela nem se compara, agora acho que mudou muito, mudou o próprio pensamento da direção do sindicato, hoje o sindicato acaba funcionando... como ele não tem mais a abrangência, porque o sindicato na época tinha política pra todo mundo, ele tinha política pra assalariado, e era uma época conflituosa e nós conseguimos avançar muito nesse sentido, regularizar, fazer cumprir direito, questão salarial, questão dos direitos trabalhistas mesmo, então é tinha política voltada aos assalariados, tinha política voltada a questão da saúde, tinha política voltada a questão da previdência, tinha política pros agricultores as técnicas alternativas de produção, discutia meio ambiente, quer dizer o leque era muito amplo, hoje eu não vejo assim, eu vejo o sindicato muito mais frio, ele pode ser até mais pratico em algumas coisas mas eu vejo que primeiro a política ela é mais voltada a questão da agricultura familiar que é muito importante mas tem um outro lado abandonado, não tem política de trabalhar com os assalariados de Muriaé que tem um grupo muito grande, não tem política voltada pra retireiro que da mesma forma. Mudou a forma de dificuldade os... que na época tinha mais, mas que hoje tem também. Acho que o movimento acaba desconsiderando isso né, o sindicato ele passou atuar mais como um assistente de cumprimento de lei, por exemplo na área do trabalho, (...)Eu vejo hoje o sindicato não querer mexer com conflito, onde tem conflito ele rapa fora né, a verdade é essa, onde tá mais fácil e onde dá dinheiro acho que tá mais fácil de trabalhar e a opção tem sido feita nesse sentido.<sup>87</sup>*

O relato elucidava que houve uma diminuição dos temas de atuação do sindicato a medida que algumas questões ou bandeiras de luta, como a dos assalariados, foram sendo deixadas pra trás. Há ainda uma percepção de uma priorização das questões que dão *mais dinheiro e menos conflitos*, e que estão, atualmente, mais fáceis de trabalhar. Perpassa essa análise, principalmente, a constatação de uma mudança no pensamento da diretoria sindical que significou o ganho de *praticidade em algumas coisas* e ao mesmo tempo causou *frieza* no sindicato. Em muitos relatos apresentados ao longo desse

---

<sup>87</sup> Entrevista concedida por um ex-funcionário do sindicato.

trabalho foi possível perceber essa comparação entre um passado conflituoso e de dificuldades com um presente com mais recursos, porém, com menos ações de mobilização e trabalho de base.

Para aqueles que participaram dos momentos de formação da organização uma das questões relacionadas as dificuldades do sindicato em atuar na mobilização os trabalhadores está relacionada também com questões religiosas. Segundo um trabalhador rural,

*[...] o sindicato ele é comparado a um motor no meu modo de ver, um motor ele tem várias peças, peças de todo tamanho, não sei se você já viu um motor de carro desmontado, mas dá até medo na gente a quantidade de peças que ele tem, e todo movimento é assim, tem várias peças né, igual eu falei cada cabeça pensa de uma forma, então, no meu pensamento, o sindicato piorou porque ele abandonou muitas peças. A peça espiritual mesmo, religiosa ficou esquecida pra muitos, eu achava que ele não podia perder essa ligação com a igreja e com a parte religiosa, não to falando a igreja que seja, mas com as igrejas, né.<sup>88</sup>*

Se nos primeiros anos a aproximação com a religião era uma estratégia que permitiu o fortalecimento do sindicato, a medida que há uma diminuição do envolvimento em atividades religiosas, como a ida em reuniões das CEB's ou a realização de eventos junto com a CPT, sua capacidade de inserção nas comunidades e entre os trabalhadores também diminui.

Por fim, a canalização de tempo e recursos para prestação de serviços, a ausência de um trabalho sistemático de formação e comunicação com as bases, a diminuição gradual de ações de mobilização e a consolidação entre a maioria dos trabalhadores de uma imagem assistencialista agravada pelo seu afastamento dos instrumentos decisórios, enfraqueceram a capacidade do sindicato de articular e organizar os trabalhadores e, portanto, de representar suas demandas. Esse enfraquecimento, que se intensificou ao longo do tempo, é evidenciado quando comparamos as narrativas sobre as intervenções mobilizadas pelo sindicato ainda em seu período de formação e os atuais relatos sobre as dificuldades para conseguir realizar novos eventos de pressão e intervenção política e social.

*Tem hora que a gente fica assim, eu fico pensando que a mobilização da época se ela existisse hoje nos movimentos sociais ou nas próprias coisas que nós conseguimos avançar como que seria (...) naquela época, aquilo que eu falei aquela época, todo lugar que você tinha*

---

<sup>88</sup> Entrevista concedida por trabalhador rural.

*gente que liderava, que é fundamental porque todo mundo fica assim meio com medo e tal, mas tinha um, dois que era liderança daquele local e que você falava assim 'vamos fazer uma...', quantas vezes nos falamos vamos fazer manifestação primeiro de maio em Muriaé e colocar duas mil pessoas em Muriaé e não era pra ir lá comemorar e só fazer barulho, era uma coisa concreta, ora era pra, antes né, discutir com o INSS e peitar e reivindicar no tratamento aos trabalhadores, no encaminhamento do benefício, no reconhecimento de documentos, hora era ir para aquele Banco do Brasil peitar a direção lá pra ceder a própria normas nas leis que tinham sido aprovadas que eles não respeitavam, ora só pra fortalecer mesmo ali a organização a mobilização, então assim as pessoas participavam, mas participavam assim, muito mais com o coração eu acho que a gente sentia um envolvimento, mexia com os sentimentos da pessoas, então de, quantas pessoas largavam a roça e iam, as vezes não era só nesses momentos maiores, primeiro de maio, vinte e cinco de julho, também nas reuniões, nas reuniões pra tratar determinado assunto.<sup>89</sup>*

*Naquela época parecia que nós tínhamos mais coragem, você conseguia num encontro aí pra fazer uma manifestação assim na cidade de frente ao banco né, anistia né, que houve naquela época, você conseguia trazer umas duzentas, trezentas pessoas pra cá e hoje não consegue né, é difícil pra trazer gente. Eu não sei né... se é falta de recursos né, mas aquela época também recurso também era uma coisa também muito difícil né, eu acho quem era mesmo o que fazia mesmo era necessidade das pessoas mesmo naquela época né, hoje parece que as pessoas tá, tá assim meio que desacreditado né.<sup>90</sup>*

*E era muito engraçado que a gente conseguia mobilizar gente pra discutir um assunto que estava acontecendo lá em Brasília, lá em Belo Horizonte. Hoje não consegue mobilizar pra poder discutir o que está acontecendo no terreiro. Pra você ver como nós perdemos a fé nessas coisas assim, perdemos o rumo, eu acho que as lideranças perdeu bocado do entusiasmo, um pouco a estratégia, a metodologia de trabalhar, né?<sup>91</sup>*

O fato de apenas uma minoria de trabalhadores terem se apropriado dos instrumentos participativos e deliberativos e da grande maioria não conceber o STR como um instrumento de luta, mas como uma fonte de serviços, implicou na perda do poder de mobilização do sindicato.

Por meio da leitura das atas das reuniões da diretoria e das assembleias do sindicato é possível perceber o avanço de práticas contrárias àquelas concepções que permearam a fundação do sindicato como assistencialismo, o distanciamento dos

---

<sup>89</sup> Entrevista concedida por um diretor do sindicato.

<sup>90</sup> Entrevista concedida por um diretor do sindicato.

<sup>91</sup> Entrevista concedida por ex-presidente do sindicato.

trabalhadores, a ausência envolvimento com as CEB's. Aos poucos, a análise dos relatos nos leva a perceber que, ao contrário do que alguns autores colocam como sendo os principais problemas das organizações sindicais, o caráter institucional e hierárquico do sindicalismo no campo, esses fatores não determinam por si só o comprometimento do papel de representação política que é exercida por meio dos sindicatos (BORGES, 1988).

Como consequência de todos esses processos e mudanças que marcaram o STR de Muriaé, salta na fala dos trabalhadores e trabalhadoras rurais que se envolveram com a formação do sindicato uma espécie de estranhamento diante dos rumos que a organização tomou. Embora a legitimidade do sindicato e dos seus dirigentes não sejam em nenhum momento questionado, a forma de atuação vivida no presente são sempre motivos de expressões que demonstram que algo está fora do lugar. As reticências, a devolução de uma pergunta vista como *complicada*, o desvio de assunto, não esconderam esse estranhamento e um sentimento de necessidade de avaliação.

Há que se preocupar, portanto, não só com os fatores externos que ao longo dos anos enfraqueceram as organizações sindicais, como ilegalidade, intervenção do Estado, hierarquia, mas também com as questões que permeiam o cotidiano das organizações sindicais e interferem nas escolhas de seus dirigentes, como necessidades econômicas, disputas, conflitos locais, relações de poder, de autoridade, num nível local de formação e consolidação dos sindicatos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da trajetória do sindicato permitiu compreender os aspectos da ação política exercida pelos trabalhadores rurais por meio da organização. Permitiu identificar que os trabalhadores rurais assumiram um protagonismo diante da proposta de fundar o sindicato, surgida dos trabalhos realizados pela Igreja Católica no âmbito das comunidades rurais. Os mediadores como padre, vice-prefeito e representantes da CUT e da CPT que atuaram na região exerceram um papel fundamental na formação e organização desses trabalhadores. Fundar o sindicato significou dar institucionalidade a um conjunto de demandas e reivindicações que abrangiam temas variados como produção agrícola, crédito, relação patrão-empregado. O sindicato era considerado um instrumento para que aquele conjunto de trabalhadores saísse da situação de opressão identificada a partir do trabalho da igreja.

Nos primeiros anos, o envolvimento dos trabalhadores representantes do sindicato em conflitos relacionados a diversos temas contribuíram sobremaneira para o reconhecimento da organização em nível local e contribuiu para inserir o sindicato em diversos conflitos locais a partir dos quais foi possível definir uma série de parcerias e rompimentos ao longo da trajetória da organização.

Nesse período, foi possível identificar uma série de princípios defendidos pelos movimentos sociais, no fim da década de 1970 e início da década de 1980, e que permearam a ação política dos trabalhadores influenciando na sua concepção sobre o papel do sindicato. Compunham esses princípios a busca por uma ação sindical autônoma que se distanciasse do assistencialismo e das alianças que esvaziaram a legitimidade dos sindicatos nas décadas anteriores. Tais princípios apareciam de modo recorrente nos espaços de formação promovidos pela igreja e foram bastante ressaltados nos relatos dos primeiros trabalhadores rurais que se envolveram na fundação do sindicato.

A partir de sua fundação um novo conjunto de desafios e questões é lançado. O sindicato assumiu como tarefa a prestação de inúmeros serviços relacionados ao acesso a saúde e aos direitos. As novas tarefas assumidas exigiram habilidades e condições que levaram a um processo de reorganização do trabalho das lideranças. Nessa nova dinâmica, a prestação de serviços não aparece como imposição da confederação ou do próprio Estado, mas como um meio do sindicato de fazer chegar um direito aos trabalhadores. Essa mediação, esse trabalho se reverte em reconhecimento e legitimidade para o sindicato, tanto em relação as demais instituições políticas como o

poder público municipal, partidos políticos entre outros. É a prestação de determinados serviços e a atuação na implementação de políticas públicas que garantem ao sindicato manter certo vínculo com os trabalhadores, que mantém uma determinada regularidade no pagamento para que possa “contar com o sindicato” na prestação desse serviço ou no acesso a determinada política.

Nesse contexto, há um novo significado da atuação do sindicato na implementação das políticas e na promoção do acesso a serviços, diferente daquele trazido pela literatura nos anos 80, caracterizado como novo sindicalismo, em que a atuação dos sindicatos na prestação de serviços e políticas públicas era percebida como uma cooptação do Estado e, embora tenha contribuído para o crescimento do número de sindicatos no Brasil, significou uma domesticação da ação sindical (FAVARETO, 2001).

Tornou-se cada vez mais evidente que há um interesse dos dirigentes sindicais em atuar num número cada vez maior de serviços e políticas públicas como forma de manter sua estrutura.

No caso dos relatos dos trabalhadores que participaram no processo de fundação do sindicato, nos anos 80, aparece de forma bem clara a concepção de que o papel do sindicato não é prestar serviço mas ser um instrumento de luta. Há um incomodo diante da constatação feita por eles de que é como um prestador de serviços que o sindicato é reconhecido pela maioria dos trabalhadores. Aqueles dirigentes sindicais que atuam na organização há pouco mais de cinco ou dez anos, no entanto, enfatizam que a atuação na prestação de serviços e na implementação de políticas públicas é uma conquista do sindicato. É um papel que a organização precisa exercer sob pena de lesar o trabalhador, privando-o do acesso a esses serviços e políticas. Há um entendimento por parte dos diretores de que deve ser o sindicato, e não outra organização, o agente para fazer chegar essas políticas públicas e serviços aos trabalhadores.

Por meio da análise foi possível perceber que junto com a crescente atuação do sindicato na prestação de serviços há o surgimento de diversos problemas relacionados à participação e a relação entre os dirigentes e a base social. O trabalho de base ocorreu de forma cada vez menos intensa, gerando inúmeros problemas para organização. As ações de mobilização também se tornaram cada vez mais raras bem como o envolvimento do sindicato em ações de caráter mais reivindicativo. As atividades de formação também deixaram de acontecer. Se num período anterior os trabalhadores tinham uma formação inicial nos espaços da Igreja, dos movimentos de base, na Escola Família Agrícola e, posteriormente na Escolinha Sindical, para os novos diretores, e

para os demais trabalhadores, já não há mais esses espaços. As implicações desse vazio são percebidas pelos dirigentes que afirmam faltar lideranças para atuar no sindicato enquanto aquelas que atuam sentem a ausência dessa formação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil**. (1964-1984). Tradução de Clóvis Marques. 5ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1989.
- ANTUNES, Ricardo. **O Novo Movimento Sindicalismo no Brasil**. 2ª Edição Revisada e Ampliada. Campinas, São Paulo: Pontes, 1995.
- BORGES, Maria Eliza Linhares. **Utopias e Contra-Utopia**: Movimentos Sociais rurais em Minas Gerais (1950-1964). Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1988.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. 2ª Edição Revista. Porto Alegre: Zouk, 2011.
- \_\_\_\_\_. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. 2ª Edição. 1ª Reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. 10ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 6ª ed. Tradução Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 2005.
- COMERFORD, John Cunha. **Como uma família**: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- FAVARETO, Arilson. **Agricultores, Trabalhadores**: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 21, nº. 62, p.27-45, out/2006.
- \_\_\_\_\_. **Agricultores, trabalhadores**: estudo sobre a representação política dos agricultores familiares brasileiros organizados na CUT. Campinas, Dissertação de mestrado, IFCH/Unicamp.
- GARCIA, Elisa de J. **Mobilização e representação política na formação e trajetória de um sindicato de trabalhadores rurais da zona da mata de Minas Gerais (1979-1996)**. Monografia. Curso de Bacharel em História, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2008.
- GOHN, Maria da Glória. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. 3ª Edição. Edições Loyola, São Paulo, 2008.
- GRZYBOWSKY, Cândido. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. 2ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1990.

- HOUTZAGER, Peter. **Os últimos cidadãos**: conflito e modernização no Brasil Rural (1964-995). Tradução Graziela Schneider. São Paulo: Globo, 2004.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a Política no Brasil**: As lutas sociais no campo e o seu lugar no processo político. 4ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Caminhada no Chão da noite**: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo. São Paulo: HUCITEC, 1989.
- MEDEIROS, LeonildeSérvolo. **História dos Movimentos Sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Trabalhadores Rurais, agricultura familiar e organização sindical**. Revista São Paulo em Perspectiva, 11(2), p. 65-72, abril-junho/1997.
- \_\_\_\_\_. **Os trabalhadores do Campo e desencontros nas lutas por direitos**. In: CHEVITARESE, André Leonardo. (Org.)O campesinato na História. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Tradução de Arthur Chaudon. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- SIGAUD, Lygia. **Os clandestinos e os Direitos**: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. 3ª Edição. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1992.
- WEBER, Marx. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 4ª Edição. 1ª Reimpressão. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009 (Volumes I e II).
- \_\_\_\_\_. **Ensaio de sociologia**. 5ª Edição. Rio de Janeiro: LTC, 2002.